



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 549 - DE 27 DE AGOSTO A 10 DE SETEMBRO DE 2017 - R\$ 4,00

**Temer anuncia a lista de privatizações
e decreta o fim da Reserva Nacional
de Cobre e outros minérios**

**Mais um passo do governo golpista,
corrupto, antinacional e antipopular**

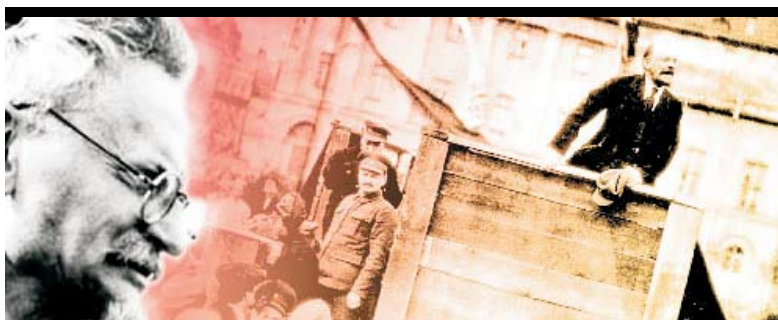
**Não duvidemos, Temer e o
Congresso Nacional vão atacar a previdência**

**Enfrentar as reformas e as privatizações
com a greve geral**

**Organizar a frente única anti-imperialista,
baseada nas assembleias e nos comitês de base**

Abaixo o governo de Temer!

Por um governo operário e camponês!



**100 anos da
Revolução Russa**
**77 anos do assassinato
de Leon Trotsky**

Temer avança em seu programa antinacional e antipopular

Retomar a greve geral

Por em pé uma frente única anti-imperialista

Enquanto o Congresso Nacional faz um pampeiro em torno da reforma política, o governo golpista avança sobre a economia nacional e se prepara para retomar a reforma da previdência. Está claro que a reforma política objetiva tornar as eleições mais restritivas e garantir o poder dos partidos oligárquicos. Desavergonhadamente, o PT, PCdoB e PSOL participam do teatrão regido pelo PMDB, PSDB e DEM. Temer faz de conta que esse é um problema do poder Legislativo e aproveita o desfoque dos problemas que atingem os explorados para dar mais um passo em seu projeto “Uma Ponte para o Futuro”.

A monumental lista de privatizações e concessões (privatização disfarçada) atende inteiramente aos interesses dos credores da dívida pública e do capital financeiro, pronto para se apossar do milionário patrimônio público por uma bagatela.

Nesse mesmo pacote, Temer editou um decreto de extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca). Trata-se de uma área de 47 mil quilômetros quadrados na Amazônia. O potencial das fontes minerais da Reserva é incalculável. Há muito que poderosos e ambiciosos capitalistas almejavam a sua liberação para a exploração do cobre, ouro e outros minérios. É bom lembrar que a criação da Reserva do Cobre e Associados foi um dos últimos atos de cunho nacionalista da ditadura militar, em fevereiro de 1984. O objetivo da Reserva era o de estabelecer uma grande exploração nacional de minérios, portanto, estatal. O que a ditadura civil de Temer faz é acabar com o controle nacional da área e entregá-la às grandes mineradoras, que certamente ficará em grande parte nas mãos das multinacionais.

Evidencia-se plenamente que o golpe de Estado que derrubou o governo eleito de Dilma Rousseff foi planejado para impor sobre o país e sobre a maioria nacional oprimida medidas pró-imperialistas e de ataque às condições de existência dos explorados. Esse é o conteúdo que caracteriza o governo Temer como uma ditadura civil, que deve ser denunciada e combatida como tal. O PT e seus aliados ocultam esse conteúdo, substituindo por “governo ilegítimo”, como se fosse uma real caracterização, quando se trata de uma pura formalidade institucional. A maioria das esquerdas segue cegamente essa formalidade. É fundamental não desvincular o caráter do golpe de Estado pelo impeachment de seu conteúdo dado pelos interesses do capital financeiro e do imperialismo.

Mesmo sob a aguda crise política, o governo Temer não ficou paralisado. Impôs uma das maiores derrotas para a classe operária, que foi a reforma trabalhista. Nem a dita-

dura militar e nenhum dos governos ditos democráticos da chamada República Nova, nem mesmo o pró-imperialista Fernando Henrique Cardoso, desfechou um ataque tão profundo nas relações entre capital e trabalho. Evidentemente, esse governo imposto pelo golpe dá continuidade à política de maior submissão do Brasil semicolonial às forças externas saqueadoras.

Agora, estamos diante de um plano de privatização e da extinção da reserva mineral, que mostra claramente o caráter entreguista do governo, do Congresso Nacional e da burguesia brasileira servil. O PT, a Frente Brasil Popular e a CUT deveriam estar organizando uma resistência anti-imperialista. No entanto, estão submetidos às manobras da reforma política e as caravanas eleitorais de Lula. O reformismo, que fez carnaval com a chamada política de conteúdo nacional, se encontra paralisado diante de tamanha entrega do País.

Denunciamos esses reformistas por terem desmontado a tendência de luta das massas, que protagonizaram a greve geral de 28 de abril. O resultado dessa traição foi o de desarmar os explorados diante do novo pacote de Temer.

Nossa luta começa por romper os bloqueios ao movimento dos explorados e ao desvio eleitoral, que toma forma mais aberta com as disputas interburguesas em torno da reforma política. Começa, portanto, pela defesa das reivindicações de emprego, salário e direitos, contra as reformas trabalhista e previdenciária, contra o plano de privatização e entrega da Reserva Nacional de Cobre e pelo não pagamento da dívida pública. Retomar as assembleias sindicais e populares, reconstituir e ampliar os comitês que surgiram nas lutas de março e abril e organizar a greve geral.

Essa luta para vencer o governo antinacional e antipopular, necessariamente, tem de levantar-se como um movimento anti-imperialista. Derrotar a ofensiva do capital financeiro e avançar o combate ao domínio do grande capital monopolista. Unir a maioria nacional oprimida numa frente única anti-imperialista, dirigida pelo proletariado. É por essa via que as massas se posicionarão pela derrubada do governo Temer e se colocarão sob a bandeira estratégica do governo operário e camponês.

Abaixo o programa de privatização e desnacionalização do governo golpista!

Não à extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados!

Fim das reformas antinacional e antipopular!

Por uma frente única anti-imperialista!

Abaixo o governo golpista, corrupto e entreguista de Temer!

Por um governo operário e camponês!

Ofensiva antinacional do governo golpista Por em pé uma frente única anti-imperialista

Temer dá um importante passo em seu Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Anunciou o plano de 57 projetos de privatizações e concessões. Abrangem as áreas de energia, rodovias, portos, aviação, petróleo e gás, abastecimento, aeronáutica e finanças. Entre esse pacote está a entrega da Eletrobrás aos capitalistas. Esse anúncio foi o que mais causou estupefação, mesmo no interior do governo. A Eletrobrás é um complexo de geração e transmissão de energia de alcance nacional. Em especial, tem importância para o Nordeste. Certamente, os outros ramos não deixam de ter valor estratégico, principalmente o petróleo e o gás. Até mesmo a Casa da Moeda entrou na lista das privatizações.

É bom assinalar que Temer negociou o pacote das privatizações com os chefes dos partidos que deram o golpe de Estado e derrubaram o governo de Dilma Rousseff. Entre eles, está o bandido Aécio Neves, que tem grande influência sobre a política mineira e, portanto, sobre a Cemig.

Os especuladores aproveitaram para elevar o preço das ações da Eletrobrás num gesto de saudação à medida antinacional do governo golpista. Nas condições de crise econômica e de dificuldades de valorização do capital financeiro, o Programa de Temer é um presente aos capitalistas. O montante estipulado de arrecadação pelos ministros da Fazenda e do Planejamento servirá para contrabalançar o déficit primário, garantir a meta fiscal e sustentar a gigantesca dívida pública. São os próprios parasitas do Tesouro nacional que acabarão se apossando desses setores, que continuam sob o controle do Estado. Não se vendem ativos estatais sem que esteja garantida uma alta margem de lucratividade. O que resulta em perdas públicas. Mas não se trata apenas de uma transação financeira. O mais importante é que o Estado perde o controle de ramos estratégicos da economia nacional e os governos perdem um instrumento fundamental para a política econômica.

A desnacionalização da energia, do petróleo, das comunicações, dos transportes e até mesmo da cunhagem de moedas completa o programa de privatização montado por Fernando Henrique Cardoso e em parte assumido por Lula e Dilma. Ao retirar do Estado o manejo desse poder econômico, fragiliza ainda mais a economia nacional diante da voracidade do capital imperialista e de seus sócios brasileiros. O valor arrecadado irá direto para os especuladores da dívida pública na forma de juros exorbitantes. O entreguismo, portanto, é indisfarçável.

O vasto Programa de privatização de Temer combina com as reformas antioperária e antipopular. A PEC do Teto deu liberdade ao governo para manejar os recursos da saúde, educação



A desnacionalização da energia, do petróleo, das comunicações, dos transportes e até mesmo da cunhagem de moedas completa o programa de privatização montado por Fernando Henrique Cardoso e em parte assumido por Lula e Dilma.

e assistência social em favor dos credores do Tesouro. A reforma trabalhista veio ao encontro dos exploradores, que terão maior liberdade para manipular a jornada de trabalho, os salários e os direitos. Resta ainda a reforma da previdência, que atinge amplamente a vida dos explorados. Como se vê, as privatizações fazem parte de um conjunto de medidas, que converge para dois objetivos complementares: proteger os credores parasitas da dívida pública e favorecer os capitalistas que exploram a força de trabalho.

Esse Programa, que o PMDB denominou “Ponte para o Futuro”, esteve na base do movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff. O governo petista, embora mostrasse boa vontade para com o grande capital, entregando o ministério da Fazenda

para Joaquim Levy, não tinha como assumir plenamente um programa tão catastrófico para a economia nacional e para a maioria oprimida. O golpe não apenas tirou os petistas do controle da política econômica como implantou um governo completamente voltado a impor a qualquer custo as medidas antinacional e antipopular. Era fundamental um governo liberto das pressões eleitorais e totalmente livre para atuar por cima da população, de acordo com os interesses do capital financeiro e multinacional. É o que caracteriza o governo Temer como uma ditadura civil, subordinada aos banqueiros, financistas e aos poderosos grupos monopolistas.

Temer venceu duas importantes etapas de seu governo ditatorial. De um lado, aprovou a emenda constitucional do Teto, as reformas do ensino médio e trabalhista, bem como expandiu a terceirização; de outro, superou os embates que ameaçaram a continuidade de seu governo, pondo fim à pendência no TSE, livrando-se da denúncia do Ministério Público de “corrupção passiva” com a votação contra a admissibilidade na Câmara de Deputados e reuniu forças a seu favor no Supremo Tribunal Federal, na Polícia Federal e mesmo no Ministério Público. Mesmo não encerrando definitivamente a crise política e as ameaças que ainda rondam seu governo, Temer teve como tranquilamente lançar seu brutal Programa de privatização e desnacionalização.

Há, no entanto, um outro lado desse processo, que precisa ficar bem claro. As vitórias do governo golpista se devem, também, à contribuição da política de conciliação de classes do PT, da Frente Brasil Popular e das centrais sindicais. Em março, o movimento de resistência nacional contra as reformas reacionárias de Temer indicou o caminho por onde se derrotaria o governo golpista. A greve geral de 28 de abril confirmou a tendência de luta das massas em todo o País. Apesar de a burguesia e

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

sua imprensa monopolista procurarem diminuir o significado da greve geral, sem dúvida, o governo sentiu o perigo sob seus pés. Um crescente movimento poderia tomar conta no mês de maio e se firmar nos meses seguintes. A burocracia das centrais, imediatamente à greve geral, passou a manobrar no sentido contrário do movimento nacional organizado. O resultado foi o fracasso premeditado das chamadas paralisações de 30 de junho. Momento esse em que o governo se sentiu seguro e as forças burguesas no Estado puderam negociar os caminhos de distensão da crise política.

Sem o combate da classe operária, que se despontou na greve geral, e com o recuo dos setores combativos da classe média, o destino do governo Temer passou a depender única e exclusivamente das disputas internas ao Estado. A bandeira do PT, da Frente Brasil Popular e da esquerda seguidista de “Fora Temer e diretas já” (ou a versão de “Fora Temer e eleições gerais”) se esvaziou diante da ofensiva do próprio governo. As massas estavam dispostas a derrubar as reformas, mas não estavam dispostas a servirem ao jogo eleitoral do PT, aliados e seguidistas. Nesse sentido, a afirmação de Temer no poder correspondeu à impotência do PT como oposição burguesa.

Não se pode desvincular a nova ofensiva privatizante de Temer da luta de classes e da influência nefasta do reformismo nos sindicatos, centrais e movimentos popular e estudantil. Nefasta porque desviaram a luta concreta da greve geral contra as reformas para o mesquinho interesse eleitoral do PT. Ao desmontarem o movimento de março e abril, os petistas e sua burocracia sindical, com a contribuição da direitista Força Sin-

Temer edita MP 785 e restringe FIES

Nossa bandeira: a anulação de todas as dívidas estudantis, estatização das universidades privadas, controle coletivo da escola e educação pública e gratuita para todos em todos os níveis

O governo Temer procura de todos meios arrumar recursos para o pagamento da dívida pública. Um deles foi a edição da MP 785, que reduz a responsabilidade governamental sobre os recursos do FIES, que já chegaram a atingir R\$ 14 bilhões anuais sob o governo Dilma, e hoje estão em R\$ 7 bilhões. A taxa de inadimplência estudantil chegou a atingir 49% em dezembro de 2015.

De um lado, o FIES é um programa que serviu aos capitalistas da educação, que transferiram a inadimplência para os cofres públicos e implantaram um investimento sem riscos de alta rentabilidade. De outro, grande parte dos estudantes está frequentando as universidades privadas com base nesse financiamento que, ao ser restringido, os coloca para fora do ensino superior.

Instalou-se ao redor do FIES uma disputa entre os capitalistas da educação e o capital financeiro, que conta com apoio do governo federal. Os estudantes não devem apoiar nenhum dos dois lados. Sua necessidade (e direito) é a de se manter estudando. A bandeira que une os estudantes contra os dois lados da burguesia é a de anulação de todas as dívidas estudantis, expropriação da rede privada de ensino e controle coletivos dela pelos que estudam e trabalham, e implantação do ensino público e gratuito para todos no país.

As concessões de Dilma

De 2012 a 2015, o FIES elevou o número de estudantes financiados de 182 mil para 1,9 milhão. Em 2012, foram assinados 378

dical e UGT, impossibilitaram que a classe operária e os demais oprimidos se chocassem diretamente com o governo e com a classe capitalista. De forma que não foi possível aparecer aos olhos dos explorados o significado da gigantesca dívida pública e do plano geral do governo golpista. É que, na realidade, não se tratava apenas do enfrentamento às reformas isoladas, mas também contra o Programa antinacional de privatização, que agora veio à luz do dia.

Necessariamente, o combate às reformas conduz a um movimento revolucionário anti-imperialista pelo não pagamento da dívida pública, estatizações e nacionalizações. A crise é tão profunda que exige respostas programáticas. Ocorre que o PT governou de acordo com as necessidades do grande capital e, portanto, tornou-se parte da política de conciliação com os interesses do imperialismo. Estamos diante de uma luta feroz contra a burguesia brasileira, que se desenvolveu na condição de servil do capital imperialista.

As condições para enfrentar o governo golpista se tornaram mais difíceis depois que a burocracia sindical desmantelou a luta nacional. No entanto, as massas continuam alimentando o ódio contra o governo Temer e o Congresso Nacional golpista. As correntes de esquerda que ainda guardam alguma relação com a independência de classe do proletariado estão obrigadas a se colocar pela constituição de uma frente única anti-imperialista, cujas reivindicações e tarefas estão postas pela crise econômica e política. É uma boa oportunidade para organizar uma campanha contra as privatizações, as desnacionalizações, o pagamento da dívida pública e as reformas antioperárias e antipopulares.

mil novos contratos. Em 2013, 560 mil. Em 2014, 733 mil. Em 2015, quando a economia já estava em crise e muitos estudantes já não pagavam as mensalidades, foram firmados 287 mil novos contratos. Um aumento total de 573%. No mesmo período, o dinheiro concedido ao FIES foi de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 13,9 bilhões. Um aumento de 718%. Ou seja, o aumento de recursos para as universidades privadas foi muito superior ao aumento de estudantes financiados. Isto porque os capitalistas da educação aproveitaram o FIES para elevar as mensalidades dos cursos e estendê-las a estudantes não carentes, chegando a oferecer o financiamento a baixos juros como um investimento.

Dilma abriu os cofres para os capitalistas da educação em busca de apoio e ao mesmo tempo apresentou a medida como de conteúdo social. Na verdade, muito mais vagas poderiam ser concedidas a estudantes, sem endividamento, por meio de expansão da rede pública. Mas os governos petistas, burgueses quanto ao conteúdo de classe, só poderiam expressar em sua política a defesa da propriedade privada, no caso, a das universidades privadas. Com sua política nacional-reformista, pretendiam desenvolver setores nacionais a partir de incentivo estatal, de forma a aumentar a geração de renda e realizar uma suposta distribuição de riqueza. E preservarem seu governo a partir da relação simbiótica com esses setores.

Não é possível no capitalismo em decomposição

O resultado do incentivo petista ao capitalismo na educa-

ção não foi o fortalecimento de setores da economia nacional. Transformados em grandes conglomerados, essas empresas passaram a ter ações cotadas nas bolsas de valores. Criaram-se assim as bases para uma grande desnacionalização do setor. E é o que está ocorrendo. Grupos estrangeiros vão assumindo o controle acionário de universidades brasileiras privadas, abrindo processos de fusão e incorporação.

As leis de desenvolvimento do capitalismo vão se impondo à revelia da vontade dos pretensos reformadores.

As medidas de Temer também dividem a burguesia

As escolas particulares movimentam seus parlamentares para evitar a aplicação do conjunto de medidas de Temer contra o FIES. Para desviar recursos do FIES para o sustento do parasitismo financeiro, para Temer não basta a redução drástica de novas bolsas (menos da metade concedida em 2015). É preciso mais. Estima-se o custo fiscal do FIES em R\$ 30 bilhões.

O governo está impondo o aumento da taxa do fundo de inadimplência do FIES, pagas pelas escolas, dos 6,5% atuais para algo entre 13% e 20% das mensalidades. Também será cobrada uma taxa de 3% para sustentar os operadores financeiros dos financiamentos, algo que deve alcançar R\$ 300 milhões por ano. A economia do governo com as medidas deve atingir entre 6 e 7 bilhões de reais anuais.

Está aí a razão da disputa entre os dois lados da burguesia. Entre eles, esmagados pelo endividamento, os estudantes são ameaçados de ficarem sem direito ao estudo, ou de nome sujo se formados. Entre as medidas da MP 785, está a redução do prazo mínimo para início do pagamento do

financiamento (carência) para seis meses após o diploma.

Só com independência de classe será possível responder

Certamente, os reformistas e satélites do PT irão defender o FIES contra o ataque de Temer. Apresentarão o programa como “inclusivo” e único meio de centenas de milhares de estudantes terem acesso ao ensino superior. Denunciarão as ameaças de expulsão das universidades de estudantes inadimplentes. Mas não serão capazes de defender com sua política as reais necessidades dos estudantes, distintas das do capital financeiro e dos capitalistas da educação.

A defesa dos estudantes nas universidades não será garantida no interior do parlamento ou da justiça burguesa.

Somente com as bandeiras de anulação de todas as dívidas estudantis, estatização do ensino privado e ensino público a todos será possível organizar um movimento que com os métodos próprios dos explorados enfrente os capitalistas e o governo.

Certamente, a direção da UNE (PCdoB/PT) se oporá a isso. O que comprova a necessidade de construir uma nova direção para o movimento estudantil, que se assente numa política de independência de classe, que só pode ser empunhada pelo partido da classe operária e organizada ao redor de sua estratégia própria de poder.

Por essa via, o movimento estudantil poderá ajudar a classe operária a trilhar seu caminho para a revolução proletária, que implantará os direitos democráticos que a burguesia abandonou (e a pequena burguesia reformista também), dentre eles o de educação pública e gratuita em todos os níveis.

Ford: Mais um acordo traidor da burocracia

A montadora anunciou 364 demissões, no dia 10 de agosto. Usou os telegramas para comunicar os metalúrgicos que estavam em lay-off das demissões. A assembleia de 11 de agosto aprovou a luta e um chamado a todos os operários da Ford. A direção do Sindicato lamentou que a montadora estava rompendo com a negociação que garantia a estabilidade dos que estavam suspensos até janeiro de 2018. E que se tratava de um ato arbitrário, sumário e unilateral. Relembrou a luta dos metalúrgicos dessa fábrica em 1998, diante das 2.800 demissões. Disse que a mobilização possibilitou a vitória. Reafirmou que o caminho tem de ser o mesmo.

A assembleia e os discursos dos burocratas serviram somente para pressionar a direção da Ford a abrir uma negociação com o sindicato. Não tinham o objetivo de organizar os metalúrgicos para combater coletivamente as demissões. A solidariedade proclamada na assembleia era apenas um ato humanitário, para que os empregados não estivessem alheios aos que estavam sendo demitidos. Não por acaso, era precedida do discurso de que, em 1998, as demissões foram na véspera do Natal e, agora, na véspera do dia dos pais. Portanto, nada tinha ver com a luta, mas sim com as datas de cunho religioso e consumista.

Depois da assembleia, a montadora e a direção do sindicato retomaram as negociações. Em pouco tempo, os burocratas concordaram com a proposta da Ford. No dia 18, não mais em assembleia de todos os metalúrgicos da fábrica, mas isoladamente, na sede do sindicato, os demitidos se submeteram à negociata

da direção do sindicato com a montadora.

O acordo foi mais uma das traições da burocracia do sindicato. Eis sua essência: a) dos 364 demitidos, somente 80 retornarão ao trabalho; b) aceitou-se a demissão de 284 metalúrgicos; c) as demissões poderão ser por meio de PDV com o pagamento das verbas rescisórias ou pelo pagamento da estabilidade até janeiro de 2018. Mais ainda: os vendidos burocratas, diante dos demitidos, tiveram a desfaçatez de dizer que foi muito difícil a montadora aceitar a volta de 80 trabalhadores. Que foi preciso muito esforço. Que ficou mais duro negociar após a aprovação da reforma trabalhista. Pura ladainha de burocratas!

Traição da burocracia aos operários da Ford em 1998

Esse foi o título do artigo do Jornal Massas 168, fevereiro de 1999, que fez o balanço do movimento dos metalúrgicos da Ford desde dezembro, quando foi anunciada a demissão de 2.800 trabalhadores. Destacamos algumas passagens que evidenciam a brutal traição.

“O terreno para a traição foi sendo cuidadosamente preparado desde o início do conflito. A direção conduziu os trabalhadores para a tática passiva de ‘todos entrarem na fábrica e trabalharem’. A isso, os burocratas chamaram de ocupação da fábrica”.

“A Ford não teve nenhum trabalho para conter o ódio dos operários. Não precisou da polícia. Não precisou dos recursos violentos que normalmente os patrões se utilizam contra as greves. Simplesmente, impediu que as máquinas funcionassem e

imediatamente deu férias coletivas aos não demitidos. (...) Sabendo que os únicos adversários eram os operários enfurecidos, os patrões contaram com a habilidade de Marinho, Vicentinho, Lula, etc. E acertaram. (...) (estes) choram quando precisam avivar o sentimentalismo (o choro de Marinho). Chamam o Frei Beto para rezar, colocando nas mãos de Deus o destino dos demitidos'. (...) Apela para as esposas e filhos dos operários para que compareçam como família (não para enfrentar os patrões..., mas para fazer a ceia de Natal. (...) usam das armas patronais para desgastar a resistência, como o caso dos estoques (...) Toda essa parafernália burocrática e pelega foi cuidadosamente colocada em prática”.

As demissões não foram revertidas. A Ford usou o PDV e rapidamente conseguiu pôr para fora 500 metalúrgicos. E o restante ficou como “excedente”. Portanto, na ponta da faca da montadora, sendo aos poucos demitida.

Essa é uma trágica lição de uma burocracia que rejeita os métodos próprios dos operários e se coloca no campo da patronal. Nesse mesmo jornal, o POR dizia que sem construir uma direção revolucionária, fiel às reivindicações dos operários e aos seus métodos, não será possível combater uma burocracia sindical traidora.

Emprego não se negocia, se defende com luta

A política de conciliação de classes permite aos capitalistas demitir em massa. As direções traidoras assimilaram o método da “flexibilização capitalista do trabalho”. Método esse que surgiu e se desenvolveu em função da crescente aplicação da robótica na produção e nas condições de crise de superprodução. A burocracia comparece como interlocutora entre o capital e o trabalho. Os capitalistas planejam quantos serão demitidos e a burocracia planeja como deverão ser feitas as demissões. Criou-se para isso uma parafernália: banco de horas, lay-off, PDV, férias coletivas, etc.

As multinacionais e as direções vendidas chegaram ao requinte de trabalharem juntas para que o governo do PT transformasse em lei a flexibilização capitalista do trabalho, criando o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e que o governo golpista de Temer mudou para Programa Seguro-Emprego (PSE). Esse nome pomposo nada mais é do que a redução da jornada de trabalho com redução salarial, sendo que parte dos salários é subsidiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Sua aplicação, no entanto, não evitou as demissões em massa. Os

Origem da Oposição Chapa 2 na Volkswagen. Intervenção da Corrente Proletária/POR nos metalúrgicos do ABC - Parte I

Implantação da flexibilização capitalista do trabalho

A década de noventa no Brasil ficou conhecida como a década perdida para os trabalhadores. Em nível nacional, o governo Fernando Henrique Cardoso/PSDB implementou um conjunto de reformas antinacional e antipopular, exigidas pelo FMI e o imperialismo. Os governos estaduais e municipais, de todos os naipes, seguiram a mesma política.

A burguesia e seus partidos não se depararam com uma resistência organizada, que defendesse de forma consequente as reivindicações vitais da classe operária e demais oprimidos. Ao contrário. As centrais, tanto a CUT/PT como a Força Sindical, se

284 demitidos da Ford são mais algumas dos milhares de vítimas da flexibilização capitalista do trabalho.

A reivindicação da classe operária diante das demissões e do desemprego é conhecida: redução da jornada sem redução do salário, estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais entre todos os aptos ao trabalho, sem redução de salário). Está aí a flexibilização operária do trabalho, que se opõe à flexibilização capitalista do trabalho. A política de conciliação de classes rechaça a primeira e abraça a segunda.

Por onde começa a resistência às demissões

Diante das demissões, deve-se convocar imediatamente a assembleia de fábrica. Foi o que o sindicato fez na Ford. Assim, parece que agiu corretamente. No entanto, somente na aparência começou pelo caminho correto da resistência. Convocou assembleia não para organizar a luta, mas para mostrar à montadora que estava preparado para negociar as demissões. Usou a assembleia para nas suas costas revogar o acordo de estabilidade do trabalhadores em lay-off, que se encerraria em janeiro. Em seguida, os burocratas separaram os metalúrgicos que seriam demitidos dos demais, realizando uma reunião fúnebre no sindicato.

Essa maneira de tratar as demissões deve ser chamada de: por onde começa a traição. Ao contrário, a resistência começaria pela assembleia da fábrica e imediatamente pela convocação de uma assembleia geral dos metalúrgicos. A assembleia da fábrica deveria votar contra qualquer demissão e ocupar as instalações da montadora. A assembleia geral apoiaria a ocupação da fábrica e mostraria a todos os metalúrgicos que as demissões e o desemprego afetam todos, que o que está em jogo não é apenas a demissão dos seus companheiros da Ford, mas sim a sobrevivência da classe operária. A mentalidade que aceita a separação entre os demitidos e os que permanecem no emprego é patronal. Essa mentalidade é colocada em prática pela direção sindical burocrática, traidora e vendida. Uma direção classista age precisamente ao contrário: desenvolve na consciência coletiva da classe operária que, qualquer que seja o problema que atinge uma das fábricas, atinge igualmente a todos. Está aí por que trabalha incessantemente para fortalecer a solidariedade de classe e a defesa coletiva dos interesses gerais dos explorados.

Rechaçamos e denunciamos o acordo da burocracia de demissão na Ford. Levantamos a bandeira: Emprego não se negocia, se defende com luta.

limitaram a manifestações e greves distraçionistas, canalizando as lutas para a via institucional, legalista e parlamentar.

Nesse momento, Luís Inácio Lula da Silva estava em plena carreira para chegar à presidência. O PT procurava desgastar eleitoralmente o governo de Fernando Henrique. O PT, que havia rechaçado a estratégia da revolução proletária e aprovado a via democrático-popular, reformista, em seu Primeiro Congresso, já estava adaptado totalmente ao Estado burguês e às suas instituições, fazendo alianças eleitorais com partidos burgueses. Isso explicava os acordos de retirada de direitos, terceirização e demissão em massa que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e

a CUT negociavam com a patronal.

No início dos anos noventa, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC já havia abandonado a luta em defesa das reivindicações e adotado plenamente a política de conciliação de classes, de parceria com as empresas. O chamado sindicalismo propositivo, que na prática significa permitir a retirada de direitos e as demissões em massa sem luta. As consequências dessa política para a classe operária foram nefastas. Os metalúrgicos do ABC/CUT foram um dos primeiros sindicatos a negociar com a patronal os acordos de flexibilização de direitos.

Em 1995, o sindicato dos metalúrgicos do ABC assinou com a Ford a criação do Banco de horas (acúmulo de horas a serem compensadas quando o patrão necessita produção, colocando fim às horas-extras remuneradas). O governo usou tal acordo para regulamentá-lo em forma de lei, em fevereiro de 1998. Também em 1998, o governo aprovou o contrato de trabalho por tempo determinado, com redução dos encargos trabalhistas. O que serviu para aumentar a rotatividade da mão-de-obra: demissão dos trabalhadores efetivos e a contratação de temporários, com salários menores. A burocracia sindical firmou 605 acordos dessa natureza, em dois anos (1998 a 2000).

Em dezembro de 1998, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, dirigido na época por Luís Marinho, firmou com a Volkswagen de São Bernardo do Campo e de Taubaté o acordo da semana de 4 dias, que previa a redução da jornada, com redução de 15% nos salários. Na época, a Volks dizia que, se a proposta não fosse aceita, ela demitiria 7.500 trabalhadores. A burocracia fazia o mesmo discurso da empresa. Esse acordo logo foi implantado em outras montadoras.

Depois de quase uma década de acordos de flexibilização de direitos, terceirização e demissão, existia nas fábricas muito descontentamento e crítica dos trabalhadores à política de “parceria” e traição, levada a cabo pela direção do sindicato. A política de acordos sem luta permitiu às empresas terceirizar e destruir milhares de postos de trabalho.

Formação da Oposição classista

Foi nesse contexto que, em 2001, um grupo de trabalhadores na Volkswagen decidiu organizar uma chapa de oposição para enfrentar a chapa 1, ligada à direção do sindicato, Articulação/PT.A “Oposição chapa 2” - assim ficou conhecido o grupo de oposição. Uma frente conformada por companheiros do PSTU, Partido Operário Revolucionário, esquerda do PT e independentes.

A luta contra as demissões, a terceirização, os acordos de banco de horas e semana de quatro dias, com redução de salário, a defesa da redução da jornada sem redução de salários, a soberania das assembleias, a independência do sindicato em relação ao governo e à patronal foram as principais bandeiras levantadas pela oposição em seu programa, para a eleição da comissão de fábrica.

A chegada de Lula ao poder do Estado em 2002 e suas medidas de ataque aos trabalhadores, como a reforma da previdência, iniciada por Fernando Henrique, a não correção da tabela do imposto de renda, etc. provocaram uma crise na esquerda petista. Os companheiros da esquerda do PT, que faziam parte da Oposição, se encontravam em uma contradição: como defender o governo Lula, se o sindicato dos metalúrgicos do ABC, dirigido

pela Articulação PT, estava fazendo acordos de demissão e redução de direitos com a patronal? Desiludidos, os companheiros saíram do PT e entraram no PSOL, partido reformista formado por ex-militantes petistas.

A comissão de fábrica estava composta por 36 representantes, distribuídos em vários setores da fábrica. A burocracia sindical exercia uma forte pressão para impedir que os trabalhadores se levantassem em luta contra o ataque da empresa. A resistência independente dos trabalhadores comparava-se como uma ameaça à patronal e à burocracia.

O grupo de oposição necessitou fazer um trabalho clandestino, para encontrar e preservar os companheiros, que estivessem dispostos a fazer parte da chapa de Oposição. Conseguimos, assim, conformar chapas em todos os setores da fábrica. Realizadas as eleições, ganhamos em 4 setores: Alas 2 e 4, ala 3, ala 13 e Ala 21. Elegemos 12 dos 36 representantes.

A primeira luta da Oposição chapa 2

O acordo da semana de 4 dias com redução de 15% nos salários, que incluía o banco de horas, firmado em 1998, tinha duração de 3 anos. No início de 2001, a empresa chamou o sindicato para negociar a renovação do acordo. A burocracia fez a assembleia, informando o interesse da empresa em renovar o acordo e, claro, se colocando a favor do mesmo. A oposição começou sua campanha contra a renovação do acordo através de assembleias nos setores que representavam e do boletim da Oposição, que era distribuído no interior da fábrica.

A empresa fez todo tipo de pressão e ameaças aos trabalhadores, para tentar aprovar o acordo. A burocracia, por sua vez, nos dizia que o acordo da semana de 4 dias havia impedido a demissão de 7.500 trabalhadores. Tudo mentira! Em 1998, havia 24 mil na Volks. Em 2001, permaneciam apenas 16 mil. A empresa, portanto, havia conseguido seu objetivo de demissão. Veremos depois que a mentira de que os trabalhadores teriam “garantia de emprego”, será um argumento muito usado pela burocracia, para fazer com que os trabalhadores aprovassem os acordos de demissão e retirada de seus direitos.

O sindicato realizou assembleia com todos os trabalhadores da fábrica para votar a renovação do acordo. Colocado em votação, mesmo com a burocracia fazendo a defesa, a maioria votou contra a renovação do acordo.

A Oposição chapa 2 venceu sua primeira luta contra a multinacional, quebrando as manobras da burocracia. Os trabalhadores comemoraram o fim do acordo. Entenderam que, durante os três anos de sua aplicação, o mesmo somente havia beneficiado a empresa.

A multinacional, por sua vez, não ficou nada feliz. O acordo da semana de 4 dias com redução de 15% nos salários era muito importante para manter sua alta lucratividade. A burocracia sindical percebeu que a Oposição chapa 2 era um obstáculo que impedia a livre aplicação de sua política de parceria com a Volks, portanto, da conciliação de classes.

No próximo jornal continuaremos expondo a luta da Oposição metalúrgica contra a aplicação da flexibilização capitalista do trabalho.

Crítica ao Plano Popular de emergência – parte 3

No Jornal Massas, nº 547, iniciamos a crítica sobre o Plano Popular de Emergência, publicado em 19 de maio de 2017. A primeira parte, comentamos a introdução do documento e a segunda parte, no Massas 548, a “Democratização do Estado”. Agora, damos sequência analisando o ponto dois, “Política de Desenvolvimento, Emprego e Renda”.

A Frente Brasil Popular promete, caso vençam suas “candidaturas, democráticas e progressistas”, revogar “todas as medidas de caráter antipopular, antinacional e antidemocrático aprovadas durante o governo usurpador”. Os reformistas se esqueceram de que tanto Lula quanto Dilma Rousseff também aprovaram medidas de tal natureza. Esqueceram das reformas da previdência antipopulares de Lula e Dilma (2003 e 2015). Esqueceram da criação da Força Nacional de Segurança Pública criada por Lula em 2004. Esqueceram da Lei Antiterrorismo, de março de 2016, do governo Dilma. Isso para citar alguns exemplos. Exemplos esses que demonstram a contribuição dos governos petistas para reforçar a ditadura de classe da burguesia contra a maioria oprimida.

Os frentepopulistas dizem que adotarão “uma nova política econômica”, voltada ao desenvolvimento da economia nacional e, em particular, à “economia popular e solidária”. Os petistas e

Nenhum governo burguês, por mais que se agarre ao nacionalismo, agirá contra a sangria da gigantesca dívida pública. Recordemos que a ditadura militar se esgotou deixando um monumental endividamento.

aliados tiveram treze anos no poder do Estado, graças ao apoio eleitoral dos pobres e famintos, no entanto, não foram capazes de tomar nenhuma medida que atingisse o capital financeiro, os latifundiários e as multinacionais. As débeis medidas protecionistas “das regras de conteúdo nacional” tão somente disfarçaram a impotência do governo reformista de romper com o domínio dos monopólios sobre os ramos fundamentais da economia, em grande parte controlados pelo capital internacional. Nem mesmo foram capazes de evitar o avanço da desnacionalização da indústria de petróleo, gás e minério. Nesse mesmo sentido, promete a “suspensão e reversão das concessões e privatizações decididas durante o governo usurpador”. E as concessões e privatizações decididas durante os governos considerados “legítimos” de Dilma e Lula? Lula foi claro em sua declaração quando afirmou que não modificará aquilo que foi feito pelo governo Temer. O que está de acordo com o conhecido compromisso do caudilho escrito e assinado na Carta ao Povo Brasileiro, de 2002.

Como parte do plano de desenvolvimento nacional, os redatores do Plano Popular de Emergência voltam ao velho jargão da “auditoria e redução do serviço da dívida interna, juros compatíveis com o crescimento e geração

de emprego, lei antitruste do sistema financeiro e fortalecimento dos bancos públicos”. Lula foi muito elogiado pela burguesia brasileira e pelo imperialismo pelo fato de em seu governo ter garantido altos superávits primários, que permitiram o pagamento dos juros da dívida pública e as amortizações. Ao quitar a dívida com o FMI em 2006, contraída por Fernando Henrique Cardoso em 2002, de mais de 41 bilhões de dólares, o petista se orgulhou de saldar antecipadamente a dívida com esses organismos do imperialismo. Os reformistas do PT e estalinistas do PCdoB não precisam da memória histórica para prometer um novo governo pós-Temer, que irá retomar a suposta política anterior ao golpe de Estado de “desenvolvimento nacional sustentável, com distribuição de renda e inclusão social”.

Nenhum governo burguês, por mais que se agarre ao nacionalismo, agirá contra a sangria da gigantesca dívida pública. Recordemos que a ditadura militar se esgotou deixando um monumental endividamento. O primeiro governo pós-ditadura, constituído pelo Colégio eleitoral, José Sarney, se deparou imediatamente com a crise do endividamento. A moratória do ministro Dílson Funaro, fevereiro de 1987, durou apenas dez meses. As pressões do capital financeiro derrubaram a moratória, mostrando que a pretensa soberania não passava de um

ato de desespero. Depois de dois ministros identificados com o desenvolvimentismo – Dílson Funaro e Luís Carlos Bresser Pereira – Sarney nomeou o neoliberal Maílson da Nóbrega, cuja primeira atitude foi a de condenar a moratória. A explosão da dívida foi equacionada no governo de Fernando Henrique Cardoso, que lançou mão de um amplo programa de privatizações e proteção aos bancos – Plano Real. Lula se

comprometeu na Carta ao Povo Brasileiro a não desfazer absolutamente nada de seu antecessor pró-imperialista. De fato, deu continuidade às medidas do Plano Real e ampliou o programa assistencial também montado pelo governo de Fernando Henrique.

Voltemos às promessas da auditoria da dívida pública do Plano Popular de Emergência. O crescimento econômico entre 2004 e 2008 possibilitou alta arrecadação de impostos. Os preços das commodities subiram a valores extraordinários, movidos pelo impulso da economia mundial e, em especial, da China. O governo Lula pôde deslocar bilhões de dólares para as reservas cambiais, que passaram a ser um seguro à dívida pública. Aplicadas no Tesouro norte-americano, com prejuízo, ajudaram e ainda ajudam a aumentar o endividamento. Como o governo de FHC havia feito uma importante parte do trabalho sujo, o petista não teve de macular sua administração recorrendo ao Fundo Monetário Internacional. Ao contrário, vimos que saldou as dívidas e assim teve como falar em independência do País.

As condições mudaram drasticamente a partir da explosão da crise internacional em 2008. Lula respondeu prontamente com a chamada política “anticíclica”, sob a direção do ministro Guido Mantega. Protegeu poderosos grupos econômicos com desonerações fiscais e aumentou o endividamento da população. Criou a ilusão de que já em 2009 o Brasil havia se livra-



do da recessão. Prognóstico que não se confirmou. A queda econômica colocou o País no fundo do poço. As desonerações serviram tão somente para proteger os lucros dos monopólios e grandes capitalistas. O desemprego voltou a crescer vertiginosamente. Já não eram possíveis os superávits primários. As metas de redução dos juros (Selic) não puderam ser sustentadas. O déficit primário crescente e a escalada do montante da dívida pública assustaram o capital financeiro, os fundos de investimento estrangeiros e setores monopolistas, os quais trataram de arrumar uma forma de tirar o petismo da condução do Estado. Não foi possível pelas eleições presidenciais de 2014; montou-se, então, uma frente golpista que concluiu com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. O fator crucial da queda do seu segundo governo se encontra na volta dos déficits primários e da elevação da dívida pública. O ministro banqueiro e neoliberal Joaquim Levy foi o último ato de confiança dos capitalistas no governo reeleito. Mas já não havia força política para implantar um brutal ajuste fiscal, como o que foi definido pelo ministro Henrique Meireles da ditadura civil de Temer, logo após o impeachment.

Segundo analistas, o governo de FHC reduziu a dívida de cerca de 50% do PIB para 42%. Sabemos a que custo para a economia nacional e para os explorados. Agora, ultrapassa 70% do PIB. Estima-se que Temer terminará seu mandato ditado pelo golpe com um déficit acumulado em apenas três anos de R\$ 477 bilhões. Acaba de alterar a meta do déficit deste ano para R\$ 159 bilhões. A monumental dívida pública, como se vê, é estrutural. É produto da economia atrasada e das condições semicoloniais

do Brasil. Já não é contraída para aplicar no desenvolvimento econômico. Cumpre a função quase que exclusivamente de valorização do capital financeiro parasitário. Não por acaso, grande parte do seu acréscimo no pós-ditadura militar se deve à transformação dos juros da dívida em mais dívida.

A historieta da tal da “auditoria” serve aos reformistas para ocultar o caráter estrutural da dívida pública. Ou se coloca uma ruptura completa com o parasitismo financeiro, ou o País continuará padecendo do saque. Posta assim a questão, evidencia-se que a burguesia não permitirá que nenhum de seus governos tome medidas eficazes contra os banqueiros, fundos e outros especuladores. A libertação da economia nacional do peso e da trava da dívida pública é parte do programa que objetiva verdadeiramente conquistar a independência nacional – uma das tarefas democráticas fundamentais que a burguesia brasileira foi incapaz de impor ao imperialismo. É claro que somente com o reconhecimento de que a dívida pública como um todo é parasitária e que por isso deve ser cancelada e não paga se pode travar a luta pela libertação das forças produtivas nacionais dos obstáculos que dela advêm. Está aí por que não se trata de encontrar uma solução isolada e compatível com os interesses gerais da burguesia. O não pagamento da dívida pública é tarefa constitutiva do programa da revolução proletária. Deve ser enfrentado por meio da luta de classes. Nenhum governo, nenhum parlamento, por mais reformista e à esquerda que esteja, removerá e estancará a hemorragia provocada pela dívida pública.

No próximo Jornal continuaremos a crítica ao Plano Popular de Emergência.

Considerações sobre o 6º Congresso do PSOL

Está previsto para ser realizado nos dias 1, 2 e 3 dezembro de 2017. O temário consta de sete pontos: conjuntura nacional e internacional; reorganização da esquerda e tática para o período; atualização programática; eleições de 2018; balanço do PSOL; adequação estatutária; eleição da direção nacional. As teses completas e resoluções devem receber no mínimo 400 assinaturas de filiados. A discussão congressual percorrerá as instâncias municipal, intermunicipal e estadual, concluindo com o congresso nacional. Estão inscritas 12 teses. Nas instâncias percorridas, poderão ser apresentadas e votadas resoluções, que serão sistematizadas por uma comissão. A Comissão Organizadora Nacional ficou encarregada de apresentar as listas dos filiados com direito à participação. As plenárias municipal e intermunicipal elegerão os delegados para o congresso estadual. Cabe ao congresso estadual, por sua vez, eleger os delegados para o nacional.

A abundância de teses reflete a quantidade de tendências e frações que compõem o PSOL. Somente a tese “Por uma frente de esquerda socialista no Brasil” reúne 12 agrupamentos. Nota-se que há correntes mais bem definidas como a Unidade Socialista (US), Movimento de Esquerda Socialista (MES), Ação Popular Socialista (APS), Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), Trabalhadores na Luta Socialista (TLS), etc. O PSOL, portanto, resultou de uma composição federativa, formada por correntes de várias procedências, parlamentares e de coletivos (mulheres, negros, LGTB, etc.).

O congresso baseado na eleição de delegados nas plenárias municipais e intermunicipais indica a estrutura partidária assentada na filiação. São os filiados que avaliarão as teses e elegerão os delegados para os congressos estaduais. Assim, os

delegados que irão para o Congresso Nacional serão eleitos nos congressos estaduais. As plenárias municipais e intermunicipais se distinguem dos congressos estaduais por serem de base filiada, portanto, sendo que a maioria não tem vínculo orgânico com o partido. Os congressos estaduais, assim, serão seletivos, compondo-se em grande parte de militantes das tendências e de uma parte de filiados que está sob suas influências. De forma que o congresso nacional contará quase que exclusivamente com as tendências. Esse funcionamento guarda semelhanças com o PT das origens, cuja experiência evidenciou traços burocráticos e de arregimentação já de início acentuados.

A estrutura federativa de um partido de esquerda se aproxima mais do partido burguês do que de um partido proletário. Não por acaso, é decisiva a composição pequeno-burguesa da militância, a ausência de um programa definido e a orientação tipicamente eleitoral. Tais características são consideradas como grande virtude, por ser “democrático”, “plural por concepção”. No fundo, está a ideia de que o partido marxista-leninista já não tem validade. O lugar do proletariado como classe revolucionária, historicamente capaz de tomar o poder pela via da insurreição, desapareceu e foi substituído por “movimentos populares, de mulheres, negros, LGTBs e ecológicos”. Daí a grande “relevância dos coletivos” na estrutura partidária. É comum em várias teses a posição de que o PSOL é um instrumento para “reorganizar a esquerda” e constituir “uma nova síntese partidária”, cuja definição mais acabada é tarefa do futuro.

Um outro aspecto, que também é comum às teses, é a de que cabe ao PSOL se organizar como “uma alternativa à esquerda”,

“alternativa de poder”, “alternativa política aos trabalhadores”, etc. Há uma relação intrínseca entre o partido federativo, embaçado na filiação, e a concepção de partido como “alternativa de esquerda”. Dessa relação se deriva a defesa do programa “alternativo de esquerda”. É nesse terreno que se desenvolve o conflito entre as várias tendências que escreveram as teses e que disputaram a formação da nova direção no 6º Congresso.

Comparando as teses, notamos que há diferenças quanto às explicações sobre a crise mundial e a crise nacional, mas acabam desaguando na discussão se o PSOL tem se constituído ou não em uma verdadeira “alternativa de esquerda”. O impeachment de Dilma Rousseff e a ofensiva da Operação Lava Jato suscitaram e suscitam divergências, bem como as respostas que o PSOL deu diante do governo golpista de Temer. Um dos aspectos é o de que se desenvolvem concomitantemente movimentos pela direita e pela esquerda. O que se verifica, também, no Brasil com a derrocada do governo petista. O PSOL é assinado como parte desse fenômeno e que, por isso, tem a possibilidade de se constituir como “alternativa de esquerda”. Internacionalmente, algumas das teses, incluindo a da direção majoritária (Unidade Socialista- US), reconhecem o Podemos (Espanha), França Insubmissa (França), Bloco de Esquerda (Portugal) e até mesmo o Syriza (Grécia) como expressões do deslocamento à esquerda, bem como nomes do tipo Bernie Sanders (Estados Unidos) e Corbyn (Inglaterra). A particularidade do Brasil está em que o apodrecimento do PT na corrupção e o impeachment de seu governo têm provocado um deslocamento nas bases do reformismo e a potencialização do PSOL.

Algumas teses se referem à crise de governos considerados progressistas na América Latina, o mais emblemático é o que se passa com o chavismo na Venezuela. Tais acontecimentos seriam um alerta para que o PSOL se definisse mais claramente como “alternativa de esquerda e de poder socialista”. O que diferenciaria o PSOL do lulismo, chavismo, kichernerismo, etc. é se apresentar como “alternativa de independência de classe” e de “auto-organização”. O PSOL deve se colocar como “alternativa de esquerda”, mas se cuidar para não cair na tentação de se transformar em um partido puramente parlamentar, institucional. Uma das teses alerta para a experiência do PT, que acabou cumprindo “um papel de fazer oposição dentro da ordem”. O

Quando se caracteriza o partido e, portanto, sua política, como “alternativa de esquerda e poder” se está afirmando que chegará ao governo por meio de eleições. É uma “alternativa de esquerda” em relação aos partidos da burguesia, considerados de direita.

PSOL cumprirá esse objetivo se superar o PT. Outra tese se refere ao PSOL como “alternativa anticapitalista e democrática”. Acredita que está havendo uma renovação da esquerda mundial no século XXI e que o PSOL é parte desse processo. A decadência do lulismo possibilita consolidar o PSOL como uma “alternativa de esquerda” que lute pela hegemonia política.

As teses de conjunto mostram o acordo quanto à caracterização do PSOL como uma “alternativa de esquerda e de poder”. As diferenças estão em como construí-la. Um dos aspectos nesse sentido é o de como se comportar diante do PT e do lulismo. Há os que criticam a direção majoritária por levar o PSOL a se colocar no campo do petismo. Aham que o PSOL carece de uma militância ativa nos movimentos e que tem se circunscrito mais à política institucional. O sentido dessa discussão advém do que cada corrente entende por “alternativa de esquerda”. Basta que se encontre o fundamental de cada uma das teses para se verificar que se trata de um partido de esquerda eleitoral. Há uma esperança de que o PSOL possa vir a ocupar o lugar do PT

sem contrair as relações burguesas próprias de qualquer governo que dirige o Estado. Quando se caracteriza o partido e, portanto, sua política, como “alternativa de esquerda e poder” se está afirmando que chegará ao governo por meio de eleições. É uma “alternativa de esquerda” em relação aos partidos da burguesia, considerados de direita. Uma parcela expressiva das correntes que constituiu o PSOL acreditou um dia que o PT era a “alternativa de esquerda” e que Lula poderia encarnar um governo democrático e popular, ou um governo dos trabalhadores. A integração desse partido na política burguesa significou para essa militância que o PT deixou de ser uma “alternativa de esquerda” para se chegar ao socialismo em abstrato (o sonho socialista). O problema agora é que a possibilidade do PSOL se potencializar eleitoralmente traz a sombra do PT e as heranças do reformismo para o interior do partido. Como há um acordo de que o partido leninista e a revolução proletária já não têm lugar no século XXI, então o problema está em como o PSOL ganhar força eleitoral entre os explorados, formar uma poderosa bancada parlamentar e chegar à presidência da República sem que se transforme em mais um partido da ordem, como aconteceu com o PT, no Brasil, e com o Syriza, na Grécia.

Continuaremos os comentários sobre as teses no próximo Jornal Massas.

Dez estupros coletivos por dia: faces da barbárie capitalista no Brasil

Na última semana, foram relevados dados do Ministério da Saúde referentes aos estupros entre 2011 e 2016. Em cinco anos, os números dobraram. Quanto aos estupros em geral, saltaram de 12.087 em 2011 para 22.804 em 2016. Os estupros coletivos passaram de 1.570 para 3.526. São dados que não expressam todo o horror da violência contra a mulher, 30% dos municípios não contam com registro dos casos de estupro. Além disso, por medo e vergonha, uma vez que as vítimas são responsabilizadas, há uma grande subnotificação. Estima-se que apenas 10% dos casos são denunciados à polícia, fazendo com que o número de estupros do país alcance o número de 500 mil por ano.

Ante esta violência odiosa que viola o corpo e dilacera a psi-

cologia da mulher, coloca-se a necessidade de compreender as raízes do fenômeno e se colocar seriamente a questão de como acabar com esta opressão. As respostas mais frequentes, que têm ganhado espaço na imprensa monopolista e alinham em um só coro “ONU mulheres”, partidos burgueses e correntes reformistas ou centristas é a do fortalecimento das políticas que combinem punição e educação. Já não é novidade encontrar na boca de jornalistas da Globo a explicação sobre a cultura do estupro ou nas campanhas de prefeitura a educação contra o machismo.

A cada divulgação de algum caso tenebroso, como o da adolescente no Rio de Janeiro estuprada por 30 homens, os parlamentares tratam de tornar as leis mais severas. Em maio de

2016, o Senado aprovou o projeto de lei de Vanessa Grazziotin (PCdoB), que estabelece um aumento da pena para estupros coletivos. Em agosto de 2017, o Senado aprovou por unanimidade o projeto de lei de Simone Tebet (PMDB) que torna o estupro crime imprescritível. Ambos seguem para aprovação da Câmara. Há quem diga que o problema não é de legislação, mas sim de seu cumprimento, o que dependeria de mais verbas e maior presença feminina nos espaços de poder.

Esta política tem encontrado resistência apenas dos setores mais conservadores e reacionários que se aglutinam no Congresso em torno da bancada religiosa, que promove uma cruzada contra a “ideologia de gênero” e procura retroceder em direitos sexuais e reprodutivos, tornando ainda mais difícil, por exemplo, o acesso ao aborto em casos de gravidez decorrente de estupro.

Ao mesmo tempo em que combatemos o obscurantismo religioso e a hipocrisia que guiam estes politiquinhos da bancada da bíblia, é preciso criticar a explicação da violência sobre a mulher a partir da pseudoteoria do gênero ou machismo. Qual é o problema? São concepções que isolam a opressão da mulher das demais opressões sociais. Apóiam-se em sua particularidade para afirmar que é um problema de homens contra mulheres, essencialmente cultural, que deve ser enfrentado com aprimoramento da legislação repressiva e educação, seja nas escolas ou campanhas publicitárias. Esta é a resposta estimulada por organismos imperialistas como a ONU. Assim, ao mesmo tempo em que se mostram-se escandalizados com o crescimento dos

estupros, ocultam sua base material. Além disso, separam esta violência das demais, uma maneira de impedir a unidade dos explorados e oprimidos.

A violência sobre a mulher, incluindo a sexual, é parte da sua condição de oprimida. É parte, portanto, da escravização no lar, dos salários menores e de outras discriminações. Tem sua origem no surgimento da propriedade privada. A primeira forma de divisão social do trabalho foi a que se deu entre homens e mulheres, levando à subordinação das mulheres cristalizada na passagem do matriarcado para o patriarcado. Está aí a origem da família monogâmica como unidade econômica, mesmo que ao longo da história tenha assumido diferentes configurações. Sabendo da raiz da opressão sobre a mulher, é preciso que as mulheres que se levantam contra os estupros coloquem-se seriamente a tarefa de como acabar com a propriedade privada dos meios de produção.

Vemos que com o impacto da crise econômica no Brasil, manifesta-se de forma mais crua a barbárie social. Juntos com o aumento do desemprego e da miséria, aumentam a criminalidade, a violência em geral e, em particular, sobre as mulheres. Por mais que partamos das particularidades das distintas formas de opressão que recaem sobre homossexuais, travestis, negros, mulheres, indígenas, etc., ao investigarmos suas raízes, encontramos o fundamento de classe das opressões. É por isso que o POR convoca todos explorados e oprimidos a lutarem pelo fim da sociedade de classes. É necessário forjar, para isso, o partido operário e avançar sob a estratégia da revolução e ditadura proletária.

Paraná / Escalada do governo contra as universidades públicas

O governo Beto Richa (PSDB), que impôs uma derrota ao funcionalismo estadual no começo do ano, revogando a reposição anual prevista em lei, ataca agora com maior raiva as universidades públicas. As razões são mais políticas que econômicas, mas terá impactos nos salários dos funcionários e professores e estimulará a privatização interna.

Já desde 2013, tentava colocar a gestão das folhas de pagamento das universidades sob o seu direto controle, mediante a inclusão destas no sistema de gestão RH META 4. Este ano, porém, apertou mais o cerco utilizando-se do Tribunal de Contas, que resolveu obrigar as universidades a entrar no META 4. Para deixar clara sua disposição de dobrar as IEES, bloqueou recursos próprios (arrecadados pelas universidades mediante venda de serviços) exigindo a entrega de documentos para que as folhas de pagamento passassem às mãos do governo. Para completar, encomendou ao Tribunal de Contas que alterasse a “interpretação” do tempo de dedicação exclusiva dos professores (que implica um adicional nos salários e aposentadorias) transformando-o numa gratificação, e reduzindo dessa forma os salários e aposentadorias.

Não conseguindo dobrar as principais universidades com esse conjunto de medidas, no começo de junho, fez um ultimato para que as universidades, que ainda não entregaram a documentação para entrar no META4, assim o fizessem; em troca, o governo aliviaria o bloqueio e resolveria o problema do tempo de dedicação exclusiva dos docentes. Em resposta, por iniciativa do Comitê Estadual, as reitorias realizaram uma sessão conjunta dos sete conselhos universitários, da qual saiu um posicionamento unificado de resistência às chantagens e pressões do governo. Esta reação assustou o governo e o conflito ficou

estancado algumas semanas.

Para superar o impasse, os reitores, depois de algumas semanas, enviaram uma carta ao governador se dispondo a participar de um grupo de trabalho (proposto pelo governo) para discutir a “autonomia” financeira e o META 4! De imediato o governo aproveitou essa brecha e constituiu o grupo de trabalho cuja finalidade seria uma proposta de “autonomia”.

É evidente que o governo conhece o apetite da burocracia que aspira há muito tempo a ter uma dotação determinada por lei que eles administrem livremente – no molde das universidades paulistas. Trata-se de um modelo proposto pelo imperialismo que consiste no duplo financiamento: recursos públicos para os salários e privados para expandir negócios e investimentos usando as universidades. A armadilha funcionou. Os reitores que estavam fechados com os conselhos universitários contra o META 4, agora se dividem para tentar emplacar um “índice” maior para cada universidade ou então nem querendo ouvir falar desse “índice”, pois, pelo seu tamanho ser menor, pouco deverá sobrar para elas. O perigo é que distraído as reitorias com o jogo da “autonomia”, o governo na verdade se prepare para dar o bote final e colocar todas no META 4.

Defesa da Assembleia Geral Universitária

No momento, o conflito se desenrola internamente às universidades entre os setores privatistas que teriam seus negócios legalizados com a “autonomia” financeira e os sindicatos e DCEs, que resistem à perspectiva privatista. Em uma universidade, o conselho universitário já deliberou uma proposta de “índice” a defender na hora da briga pelas fatias do bolo. Em outras, há resistências que, no âmbito da burocracia universi-

tária (conselhos superiores) deverão ser, no final, derrotadas, pois os grupos que vendem serviços e se vinculam ao capital têm muito poder dentro desses órgãos.

O Comitê Estadual – que se compõe de sindicatos e DCEs – está engatinhando na sua reestruturação e já enfrenta este grande desafio político. Carrega o prestígio de ter, no passado, dirigido uma greve de seis meses em três universidades. Mas, tem grandes desníveis políticos entre os sindicatos e poucos DCEs estruturados. Mesmo com essas dificuldades, tem ensaiado respostas unificadas.

A contundência do ataque às universidades, contudo, exigirá uma resposta que ultrapasse os marcos meramente institucionais – assembleia legislativa e conselhos universitários – colocando na ordem do dia a urgência da organização e ação direta da parte mais consciente e politizada da comunidade

Rio Grande do Norte

A Corrente Proletária na Educação participa do XV Congresso do SINTEST/RN. Redigiu uma tese, contendo a situação internacional e nacional, condições de trabalho, a luta contra as reformas trabalhista, da previdência e a Lei da terceirização. O texto que segue é parte da tese da Corrente Proletária

Autonomia e democracia universitárias; financiamento:

Nos últimos meses, já tivemos experiências capazes de demonstrar que a burocracia universitária (reitoria) é incapaz de garantir o princípio da autonomia universitária. Na última greve, a reitoria se utilizou de uma decisão do STF de corte de ponto dos servidores (que sequer a ata foi publicada) e de uma orientação do Ministério do Planejamento (MPOG) para ameaçar os servidores com o corte de ponto e depois impor, em acordo assinado com a direção do SINTEST, a compensação das horas de greve. Apoiar-se na desculpa de se adequar frente à Auditoria Interna da UFRN para implementar o ponto eletrônico. Entrincheira-se por trás de uma suposta decisão judicial, a qual sequer tivemos acesso, para retirar o nosso recesso natalino. Por último, permite que a prefeitura (STTU) decida sobre o funcionamento do Circular UFRN implementando o dito itinerário “Expresso” que prejudicou grande parte dos trabalhadores e estudantes. Como se vê, a reitoria permite a transgressão da autonomia universitária, ora se posicionando de forma omissa, ora agindo, seja por vontade ou por puro instinto de conservação como casta, segundo as orientações e determinações do Estado burguês e contra os que estudam e trabalham.

A autonomia universitária é o princípio pelo qual as decisões relativas à universidade devem ser realizadas pela comunidade universitária, sem interferência exterior do Estado burguês. Não se pode confundir com a bandeira burguesa de “autonomia financeira”, que nada mais é do que o repasse de verbas insuficientes para a universidade, de modo que possa gerir “autonomamente” os escassos recursos, o que significa o Estado repassar para a universidade o peso do seu financiamento. Diante dos cortes de gastos, com verbas insuficientes para suprir as necessidades orçamentárias, a burocracia universitária (reitoria) implementa o corte de gastos do governo e, em busca de mais recursos, privatiza e mercantiliza os serviços da instituição, como mais um exemplo de transgressão da autonomia universitária e de implementação da política burguesa na universidade.

Recentemente, vimos a notícia de que, para o ano de 2017,

universitária, que é a única que pode se colocar na defesa da universidade pública. Esta resposta não pode ser outra que a ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA, autoconvocada pelas representações dos estudantes, técnicos docentes e que tome em suas mãos a decisão deste conflito, confrontando-se com a burocracia universitária, que representa os interesses privados de setores do capital e do próprio governo, a quem nunca enfrenta verdadeiramente.

É somente no âmbito da Assembleia Geral Universitária que poderão se juntar todas as energias para a defesa da universidade contra o governo e também para enfrentar a crescente privatização interna. Esta perspectiva deveria ser assumida pelo Comitê Estadual e ser defendida em todas as universidades, como recurso para ampliar o movimento e fortalecer a organização sindical e estudantil.

até agora foram liberados apenas 70% dos recursos para custeio e 40% para investimentos e, caso não seja liberado o restante até o final do ano, o orçamento da UFRN voltaria aos patamares de 2007. A reitora da UFRN Ângela Paiva já declarou que, caso continue assim, demitirá terceirizados. O que é isso senão a política burguesa de jogar os efeitos da crise sobre os explorados? E os cortes na UFRN não são de agora. Em 2015, no governo Dilma, depois de anunciado o plano Levy, o MEC promoveu um corte de 10% no orçamento total da UFRN e 50% no que tange aos investimentos. Em números absolutos os investimentos caíram de 110 para apenas 55 milhões de reais. A burocracia universitária nada fez para se contrapor a isso. Pelo contrário, administrou servilmente os cortes na universidade. Exercendo sua “autonomia financeira”, logo aprovou, no CONSAD, um corte de 3,5 milhões na assistência estudantil. Em seguida, aumentou o preço do RU para 7,00. De lá para cá, demitiu terceirizados, e o que vemos hoje são trabalhadores sobrecarregados e sem direitos trabalhistas minimamente satisfatórios.

Está claro que a real autonomia universitária e a garantia do total financiamento da UFRN pelo Estado são incompatíveis com a existência da burocracia universitária. Esta corresponde a uma casta privilegiada composta basicamente de professores que administra as verbas e controla sua distribuição, favorecendo as áreas de seu interesse, além de intervir no ensino e a pesquisa de acordo com os ditames do Estado burguês, à mercê dos interesses da maioria da comunidade universitária; serve de instrumento da classe dominante e seus governos, expressando no interior da universidade os interesses dos capitalistas. A burocracia universitária exerce seu poder por meio de um regime antidemocrático, no qual os professores, mesmo sendo minoria, ocupam a maior parte dos assentos nos órgãos decisórios, e o voto para reitor possui peso (paritário), fazendo com que o voto de um professor seja equivalente a o de centenas de estudantes (que são a maioria).

Diante da crise orçamentária que se apresenta, é necessá-

rio elaborar coletivamente um orçamento pelos professores, estudantes e funcionários, desde as unidades de trabalho e englobando as reivindicações, a ser deliberado em assembleia conjunta dos três setores e exigido o seu total financiamento público pelo Estado. Isso inevitavelmente levará ao choque dos que estudam e trabalham com a burocracia universitária, colocando a necessidade de a desmantelar e substituir pelo poder da Assembleia Geral Universitária (dos três setores) e, a partir desta e subordinado à mesma, constituir um Governo Tripartite (professores, estudantes e funcionários) pelo voto

universal e com mandato revogável.

Diante disso, propomos:

- *Elaborar coletivamente um orçamento que englobe as reivindicações dos estudantes e trabalhadores e as necessidades das unidades, a ser deliberado em assembleia conjunta dos três setores;*
- *Financiamento público integral da educação pelo Estado;*
- *Fim do reitorado. Por um governo tripartite (professores, estudantes e funcionários), eleito por voto universal e com mandato revogável, subordinado ao poder soberano da assembleia geral universitária.*

USP implanta reforma antidemocrática, privatista e destruidora da educação para a licenciatura

No dia 07/06/2017, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo publicou no Diário Oficial do Estado de São Paulo a Deliberação nº 154/2017. A burocracia universitária da USP rapidamente assimilou seu conteúdo e iniciou sua implantação.

Os estudantes e parte dos professores da Faculdade de Educação (FEUSP) rapidamente reagiram contra a medida. O CA Paulo Freire, sob direção do MRT, convocou assembleias e se colocou contra o que chama de ataque à “*reflexão teórica, crítica e não instrumental*” e “*ameaça enorme à educação e formação não tecnicista, e de qualidade*”. Chamou e conseguiu aprovar a paralisação do curso para o dia 25/8. Levou a proposta à assembleia geral de estudantes da USP de 22/8 e do curso de Letras de 23/8. A direção do DCE (PSOL/PCB) rejeitou a proposta e venceu uma assembleia mal convocada e formada pelos militantes das correntes. Na Letras, foi a direção do Caell (Levante Popular da Juventude) quem se opôs, e conseguiu com a votação da assembleia da manhã evitar a paralisação, aprovada à noite, desta feita defendida conjuntamente com o POR.

Nossa defesa, no entanto, se distingue totalmente da feita pelo MRT. Não embelezamos nem fantasiemos a educação realizada no capitalismo e sob controle da burguesia. Sabemos perfeitamente e não escondemos que a educação capitalista é repetitiva, decorativa, fragmentada, autoritária, separada da realidade. Não nos opomos à reforma do CEE opondo-lhe uma educação que não existe. Nossos pontos para o rechaço à deliberação 154 e a defesa da paralisação de 25 foram os seguintes:

- 1) A deliberação e sua aplicação são antidemocráticas. O governo e a burocracia universitária jamais consultaram os estudantes e professores para saber o que desejam quanto ao seu curso. Com o controle autoritário sobre a universidade, aplicam medidas que não têm nada a ver com as necessidades de quem estuda e trabalha.
- 2) A deliberação é privatista e destruidora do ensino. Ao substituir disciplinas presenciais por disciplinas virtuais (ensino a distância), favorece os capitalistas da educação que produzem os famigerados cursos, voltados apenas à avaliação e suas planilhas, nada a ver com o ensino real. A supressão de disciplinas presenciais por virtuais é em si mesma destruição do ensino. Pior ainda por que as substitui por disciplinas de revisão de conteúdo do ensino médio. Rebaixa assim em geral toda a formação da licenciatura, que já não é das melhores.
- 3) A aplicação da deliberação na USP corresponde à aplica-

ção do ajuste fiscal na universidade. Serve como meio de adaptação dos cursos à falta de professores, como meio de consolidar as perdas do número de docentes nas unidades, que serve para reservar e desviar dinheiro do orçamento da USP para fins privados, em geral sustento do parasitismo financeiro e privatismo.

- 4) Defendemos a paralisação, ainda que as direções não tenham empenho em organizá-la, por conta do expressivo número de estudantes que compareceu à assembleia da Letras (depois de muitos meses de refluxo) e pela necessidade de paralisar aulas para que se possa discutir no movimento o conteúdo da reforma e as medidas a serem colocadas em prática para combatê-la. Tomamos essa proposta de paralisação como ponto de partida para generalizar a luta contra a reitoria e o governo, que depende da mais ampla unidade dos estudantes, funcionários e professores não vinculados à burocracia.

Alertamos, porém, que é preciso ao movimento estudantil preservar sua independência política diante das frações da burocracia universitária, que se dividirá frente à reforma do governo. Por isso, não se trata de apoiar suas formulações que falseiam a educação burguesa, mas de opor ao privatismo e precarização do ensino a defesa das reivindicações, que devem ser defendidas com os métodos e organização da luta de classes. Devemos assimilar e defender a concepção marxista, que afirma que a luta dos que estudam e trabalham só obterá a resolução plena de seus problemas quando o proletariado se assenhorear dos meios de produção social e implantar a unidade entre teoria e prática; a nova educação e o novo homem serão frutos do socialismo. Nossas reivindicações atuais devem servir para ganhar coesão e organização, se colocar no caminho da derrocada da reitoria, de sua burocracia e construção de um governo tripartite, autônomo e democrático, constituir na educação um pólo auxiliar na luta revolucionária da classe operária pela revolução social.



Sintusp debate conjuntura e aprova campanha por Assembleia Geral Universitária

O Sintusp realizou um debate sobre a conjuntura no seu Conselho Diretor de Base. A Corrente Proletária apresentou o texto abaixo e depois da discussão, aprovou-se chamar os estudantes e professores a uma assembleia geral universitária para organizar a luta conjunta dentro e fora da USP, contra as reformas do governo Temer. No próximo número, apresentaremos um balanço da discussão.

Retomar o caminho da greve geral

A Reforma Trabalhista leva ao rebaixamento geral do preço da força de trabalho, por meio da destruição da C.L.T., da elevação do acordado sobre o legislado, do ataque a salários diretos e indiretos e da possibilidade de aumento da carga de trabalho. Contratos de trabalho em regime de turno parcial ou definidos conforme demanda tendem a substituir os atuais contratos por tempo indeterminado. Maior desemprego contribui para reduzir salários. A Reforma da Previdência, ainda que fatiada, está para ser efetivada.

Ambas são parte de um conjunto: ajuste fiscal, teto de gastos, lei da terceirização, reforma do ensino médio, aceleração das privatizações, aumento da carestia de vida, aumento tributário etc. São impulsionadas pela crise mundial capitalista. Têm por conteúdo a destruição de forças produtivas e o aumento da tendência recessiva.

São imposição do capital financeiro, que exige o sustento da dívida pública. Cortes de gastos e Reforma da Previdência vêm no sentido de desviar centenas de bilhões de reais para a valorização artificial desse capital.

A redução de benefícios da aposentadoria reduzirá a já pequena capacidade de compra de muitos. A redução salarial pesará contra o consumo em geral. Capitalistas e seus governos aplicam medidas recessivas para proteger seus lucros. Isso prova que na época em que vivemos, de decomposição do capitalismo em sua fase imperialista, só há duas saídas: a da barbárie e a da revolução social.

Trabalhadores, setores marginalizados da população e juventude pobre não conseguiram impedir a aprovação da Reforma Trabalhista. Pesou o fato da maioria das direções sindicais - CUT, Força Sindical, UGT, Conlutas, Intersindical, etc. - subordinadas à institucionalidade burguesa, não deixarem que as massas avançassem em choque aberto contra o governo. É inadmissível a reivindicação da suspensão das reformas até a instauração de um governo "legítimo", ou de negociações de aspectos da reforma. Direitos não se negociam!

As direções sindicais, assim como correntes de esquerda,

procuraram suavizar o descontentamento popular e criaram confusão ao desviarem a luta das ruas para as saídas eleitorais e de reestruturação das forças da burguesia defendendo: *Diretas Já, Eleições Gerais* ou *Estatuinte*. Essas são saídas burguesas.

Cabia às direções dar vazão ao instinto de luta que se manifestou na greve geral do dia 28/4. Era preciso fortalecer a luta nacional de massas até a derrubada das reformas. Por esse caminho se poderia avançar em direção à derrubada do governo Temer sob a perspectiva de poder próprio dos explorados: um governo operário e camponês (revolução e ditadura proletárias).

O enfrentamento com independência de classe ao governo e suas reformas não se dará pela via da disputa eleitoral, institucional ou parlamentar. A unidade que defendemos é ao redor da luta direta pelas reivindicações.

É preciso reverter essa tendência geral. Retomar o caminho da greve geral, o que implica em redobrar os esforços nas portas das fábricas e em todos os locais de trabalho, numa enorme campanha em torno da organização da greve e para pôr abaixo as reformas do governo já aprovadas, impedir a aprovação da Reforma da Previdência, defender salários e empregos para todos

É necessário convocar assembleias nos sindicatos, além de formar e ampliar os comitês de base já existentes. Esse caminho permitirá construir os organismos próprios das massas, com democracia proletária, em oposição aos meios de dominação dos capitalistas.

Na USP, o ponto de partida para elevar a organização e a mobilização é a luta concreta contra a aplicação do ajuste fiscal aqui. As demissões, a sobrecarga, a imposição do banco de horas, o congelamento salarial, o aumento da repressão, etc., motivam-nos a enfrentar a reitoria e o governo. É preciso ligar essa mobilização à luta geral contra as medidas dos capitalistas. Assim daremos um passo no sentido de derrotá-los.

Corrente Proletária na Educação/P.O.R.

Pernambuco / Seis estudantes da UFPE estão ameaçados de expulsão Abaixo a perseguição política!

Foi divulgado, no dia 23/08, o relatório da comissão dedicada ao processo administrativo da reitoria contra estudantes que ocuparam o Centro de Artes e Comunicação (CAC) em 2016. Trata-se de nítida perseguição política. Com o pretexto de responder aos danos ao patrimônio público, a comissão elege seis estudantes que tiveram posição destacada na ocupação. Escolhe os que participaram das reuniões de negociação com a reitoria e assinaram atas. Sem individualizar as condutas, atribui a eles a responsabilidade por roubos de equipamentos e pichações consideradas como "ofensas morais". Cola fotos que nada provam, trechos da lei antiterrorismo, regimentos de outras universidades, porém, o único "crime" que podem imputar aos estudantes é terem lutado. Vale destacar que o regimento utilizado para estabelecer a sanção foi feito durante o regime militar, tendo sua última alteração em 1982.

As ocupações de 2016 foram de grande importância na res-

posta aos ataques do governo golpista à Educação e demais direitos sociais. Foram decisivas para empurrar o movimento docente e até mesmo sindical, em geral, para a construção da greve do funcionalismo. Na UFPE, porém, além de se erguer contra os cortes previstos na PEC do teto dos gastos (241/55) e já antecipar a resistência à lei da terceirização, reformas do ensino médio, trabalhista e previdenciária, também fez suas exigências à reitoria. Afinal, os efeitos do ajuste fiscal do governo anterior, de Dilma (PT) já estavam se materializando. Foram cortadas mais de 7 mil bolsas, havia a ameaça de aumento do preço do RU para R\$ 10 e a reitoria agiu abertamente contra os resultados da estatuinte que previa a composição paritária dos conselhos na universidade, mantendo a composição com 70% de docentes.

Com isso, o reitor Anísio Brasileiro, oriundo do PT, que é figura fácil nas marchas contra o golpe, encarnou o próprio Estado dentro da universidade e se colocou, na prática, contra

o movimento. Na negociação da desocupação, em dezembro, um dos compromissos era o de não criminalizar os ocupantes. A abertura do processo administrativo e o caráter do relatório indicam o descumprimento. Cabe agora ao reitor acatar ou rejeitar o relatório.

Ao final das ocupações, o Anísio afirmou que deveria agir para evitar que as ocupações se repetissem. Nesse sentido, não está descartado que use uma punição exemplar para desestimular futuras lutas. Ação que tem o efeito de enfraquecer o movimento universitário contra as medidas do governo federal, mostrando que a burocracia universitária, apesar de atritos ocasionais, é o braço do Estado e a burguesia dentro da universidade.

Ante a ameaça da expulsão, somada a processos na polícia federal em que estudantes são chamados para identificar em fotos de militantes estudantis quem são as lideranças, o movimento voltou a se articular. Infelizmente, após a desocupação, os esforços de reunificação não prosperaram. A recepção unificada foi abandonada pelas correntes e ex-ocupantes, o DCE continua fechado há mais de sete anos. A defesa dos processa-

dos foi realizada individualmente, inclusive com advogados diferentes. Com a compreensão de que estes estudantes estão sendo incriminados por conta do movimento coletivo, é preciso que a luta contra as punições seja tomada pelo movimento estudantil e universitário.

Houve uma plenária na noite de 23 de agosto que agregou os estudantes, e deu o início à campanha de solidariedade. Moções já estão sendo coletadas. Foi convocada uma plenária estudantil e será realizado na próxima semana um debate seguido de um ato público. A perspectiva é engajar os três segmentos da universidade e projetar a luta para a fora. Várias falas destacaram a necessidade de não subordinar o movimento ao jurídico. Pois por mais frágil que seja o relatório, sem provas e mostrando o ódio da burocracia aos estudantes, chamados até mesmo de vândalos, a justiça é de classe. O caso Rafael Braga mostra bem como são feitas as punições exemplares. Está sendo importante o reerguimento do movimento, somando a luta contra a criminalização promovida pela reitoria à resistência às medidas do governo golpista de Temer. Ninguém fica para trás! Lutar não é crime! Abaixo a perseguição política!

Rondônia

Debate sobre a militarização das escolas e “Escola sem partido”

A regional do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia, em Rolim de Moura, convocou um debate sobre militarização das escolas e “escola sem partido”, intitulado “Roda de Conversa”. O comparecimento ficou restrito aos estudantes do curso de Ciências Humanas da Licenciatura da Educação do Campo e da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) do Campus de Rolim de Moura.

O que se percebe é que o sindicato não está dando a devida importância aos sucessivos ataques que a burguesia e o governo vêm despejando sobre a educação pública e aos trabalhadores. Não houve empenho da direção do sindicato em mobilizar as escolas e a universidade.

Atuação da Corrente Proletária

A militância da Corrente Proletária em sua exposição mostrou a ori-

gem das MPs e dos PLs, que servem unicamente para descarregar a crise econômica sobre a maioria explorada e cortar recursos de áreas essenciais, como da saúde e educação. Enfatizou as violentas reformas trabalhista e previdenciária, que recaem inteiramente sobre os explorados. Explicou que a militarização das escolas e a “escola sem partido” visam a amordaçar os estudantes e professores. E têm o objetivo, também, de defender o sistema capitalista, que se desagrega. Denunciou a política imobilista da burocracia do sindicato diante do avanço das reformas reacionárias e do brutal aumento da exploração do trabalho. Combateu o eleitoralismo das direções sindicais (campanha eleitoral de 2018), ao invés de organizar a luta coletiva para barrar e derrotar as reformas e as medidas antidemocráticas do governo Temer e de

seus aliados nos estados. Defendeu a retomada da greve geral e a independência de classe dos explorados. Concluiu dizendo que sem a luta direta, coletiva, nacional e nas ruas não será possível quebrar a ofensiva do governo golpista e dos seguidores nos estados e nos municípios. A derrota do projeto de militarização das escolas e da “escola sem partido” faz parte da luta geral da classe operária e demais explorados, expressa na derrubada das reformas antinacional e antipopular.

A Corrente Proletária destacou as bandeiras: retomada da greve geral; unidade dos estudantes, professores, camponeses e explorados em geral com a classe operária para fazer frente ao governo golpista e seus aliados; derrotar a militarização das escolas e a “escola sem partido” nas ruas, com os métodos próprios da classe operária.



Rondônia

Prefeito enrola a burocracia do sindicato com negociações intermináveis

O prefeito Hildon Chaves/PSDB, de Porto Velho, quer que os trabalhadores confiem nas chamadas mesas de negociação, com reuniões intermináveis com a burocracia do sindicato. São negociações sem fim e sem nenhum resultado favorável aos trabalhadores da educação. A pauta de reivindicações foi entregue ao prefeito no início de 2017 e até agora não há nenhuma resposta.

O problema está em que a direção do sindicato caiu nessa armadilha do prefeito. Assim, no dia 22 de agosto, convocou mais uma assembleia, que tinha o objetivo de marcar outra assembleia para 6 de setembro. Acrescentou a promessa de indicativo de greve. Procurou mostrar que há avanços nas negociações, alegando que antes o prefeito sequer recebia o sindicato e que no dia 4 de setembro haverá nova reunião, com possibilidade de ter uma resposta às reivindicações.

Enquanto isso, o prefeito não dá trégua aos trabalhadores do município. Vem impondo ataques violentos, processos judiciais, perseguições e retirada de direitos. Já retirou conquistas

históricas, como o quinquênio. Ainda mais: se recusa a pagar o quinquênio que a prefeitura deve aos servidores. Sem dizer das péssimas condições de trabalho nas escolas, onde falta tudo.

No entanto, a burocracia do sindicato fecha os olhos diante dessas medidas. Não se empenha em convocar e organizar a resistência, o que vem beneficiando a tirania do prefeito peesdebista.

A Corrente Proletária tem atuado nas assembleias, exigindo a organização da luta, a unidade com os demais setores do funcionalismo e com os explorados em geral. Tem rechaçado as “negociações” intermináveis e combatido a direção do sindicato que, com usa passividade, tem favorecido o prefeito. Tem defendido a independência do sindicato diante dos interesses governamentais e patronais. E tem lutado para que as direções sindicais retomem a greve geral, único instrumento para derrotar as reformas trabalhista, do ensino médio e da previdência do governo Temer e aliados.

AFUSE – Funcionários da Educação São Paulo

Congresso burocrático que serviu de campanha eleitoral do PT

Realizou-se o XXII Congresso da AFUSE, entre os dias 9 a 12 de agosto. Contou com 460 delegados, que foram eleitos nos Congressos Regionais ao longo de 3 anos. Houve uma diminuição de cerca de 200 delegados em relação ao Congresso de 2014, que eram 600. Além da diminuição do número de delegados, muitos eram aposentados e em algumas regiões somente o diretor regional e os conselheiros estaduais eram delegados. No estado, são 49 mil funcionários do QAE/QSE. Isso mostra o quanto a participação no Congresso foi reduzida e o quanto ficou deslocado dos setores mais jovens que trabalham nas escolas. Mas, para a direção do sindicato, o objetivo do congresso era referendar a chapa única para a diretoria do sindicato (as eleições acontecerão em novembro de 2017). E isso foi cumprido.

Ao invés de organizar um congresso para armar os funcionários para enfrentar os governos, estadual e federal, realizou um congresso onde tudo já estava decidido. Usou o congresso para modificar os estatutos do sindicato. Aprovou-se que o sindicato somente representará o quadro de apoio e o quadro dos servidores estaduais, ignorando os trabalhadores terceirizados, que hoje ocupam várias funções no interior das escolas. São os mais explorados, porque estão sujeitos a salários menores, à brutal exploração das cooperativas (empresas) e enfrentam a rotatividade. A burocracia do sindicato aceitou a imposição do governo Alckmin de separar os funcionários do estado dos que são terceirizados.

Ao invés de usar o congresso para potencializar a unidade entre os funcionários com os professores e com a maioria explorada para organizar a luta coletiva de resistência contra as reformas do governo golpista de Temer, a burocracia do sindicato realiza um congresso onde os delegados oposicionistas são impedidos de se colocar contra suas posições. Para os que

se opõem, as intervenções são limitadas a minutos.

Nesse congresso, a burocracia aproveitou para fazer a campanha eleitoral do PT. Convidou o presidente da CUT estadual, o professor Douglas Izzo, para defender a candidatura de Lula para as eleições de 2018, que levantou a bandeira de “Lula fora é fraude”, referindo-se à condenação de Lula imposta pela Operação Lava Jato. O mesmo discurso contra o Temer e em favor de um governo “legítimo” (eleito) foi feito por dirigentes da CNTE.

Como se vê, um congresso oposto aos interesses gerais dos funcionários, que vivem à míngua, com salários archoados há anos, que sofrem diariamente a violenta exploração e que são vítimas constantes das doenças do trabalho. Um congresso que rejeitou a democracia sindical, que tem como princípio elementar a convocação de assembleias gerais para que os funcionários decidam o caminho da luta. Um congresso armado contra a organização dos terceirizados e contra a defesa da efetivação de todos os terceirizados. Um congresso que nasceu morto para luta dos explorados. Um congresso que serviu apenas para ampliar a burocratização do sindicato e propagandar a política eleitoral do PT/Lula.

Nossa atuação

A Corrente Proletária participou com o boletim contendo as resoluções que deveriam ser aprovadas no Congresso. Destacamos abaixo três delas:

- 1) A retomada das ações unitárias por meio da organização da greve geral em defesa das reivindicações que unificam a maioria nacional (emprego, salário e direitos trabalhistas). Levanta a bandeira de “Abaixo o governo golpista e corrupto de Temer. Para isso, é fundamental a defesa da estratégia própria de poder, que é a do governo operário e camponês. O que significa combater as ilusões democratizantes e elei-

- toreiras para a crise econômica e política que vive o País;
- 2) A convocação de assembleias gerais, para que se retome a greve geral, único caminho para derrubar e enterrar as reformas trabalhista e previdenciária. Que os movimentos retomem os comitês de base para impulsionar a luta direta. Lutar sob a estratégia da independência de classe;
 - 3) Que o congresso aprove a convocação da assembleia geral, amplamente divulgada e preparada, objetivando aprovar o plano de luta para enfrentar verdadeiramente o governo Alckmin; b) que aprove a luta contra a terceirização nas escolas. Nenhum trabalhador terceirizado, efetivação de todos pelo governo do estado, sem concurso. Trabalho igual, salário igual; c) fim das leis que ampliam a exploração do

Pernambuco

Urbana-PE quer jogar trabalhador contra trabalhador

O “Sindicato” das Empresas de Transportes de Passageiros no Estado de Pernambuco (Urbana-PE) lançou no último dia 17/08 uma campanha intitulada “Faça Certo”. Que incentiva usuários do transporte público a não pegarem carona ou entrarem pela porta traseira sem pagar a tarifa. A campanha que utiliza o discurso moral como base desde seu título “faça o certo”, tenta colocar os usuários do transporte público (trabalhadores) uns contra os outros, incentivando que quem paga a passagem denuncie (via WhatsApp) quem não faz o mesmo.

Os ônibus são lotados e a tarifa é cara

O que se sabe é que o empresariado do transporte público não coloca toda sua frota na rua. A manutenção dos coletivos é precária. Os trabalhadores rodoviários vivem numa condição de stress intenso. Os salários são baixíssimos. E a tarifa cara. A Urbana-PE aumentou a tarifa em 14,26% em 2017, recorreu dos míseros 6% determinados pela justiça e nem mesmo repôs o que a inflação tirou dos salários dos trabalhadores, com um reajuste de 2,56%.

Abaixo a demissão dos cobradores

Recentemente, a Urbana-PE precarizou ainda mais o transporte na região metropolitana do Recife, acabando com a integração de passageiros que utilizam dinheiro em espécie, deixando o serviço acessível apenas para quem possuir o vale eletrônico. Tal atitude só mostra a sede dos patrões por inutilizar a função dos cobradores e assim avançar nas demissões. Acabando com o emprego dos cobradores, aumentam ainda mais seus lucros, sobrecarregam ainda mais o motorista que agora será obrigado a fazer o percurso sozinho e dividindo atenção com o trânsito e com a certeza se o passageiro já desceu do coletivo (função esta hoje feita pelo cobrador) e expõem os usuários a mais riscos. Ao mesmo tempo, para recarregar o vale eletrônico cobram uma taxa de R\$ 1,60 pelas máquinas de recargas disponibilizadas nos terminais integrados.

Por que tanta gente entra pela porta traseira?

A Urbana-PE explica que, atualmente, 10% do total de passageiros cometem essas fraudes em ônibus normais. Esse número cresce quando se trata de BRT: 12,5% deles embarca de modo ilegal. “Diariamente, 180 mil pessoas utilizam o transporte público de forma irregular”. O patronato tenta esconder

trabalho. Estabilidade a todos os funcionários. Redução da jornada sem redução dos salários; d) defesa do piso salarial equivalente ao salário mínimo vital, que em nossos cálculos é de R\$ 4.600,00.

A burocracia limitou a intervenção a três minutos. Rechaçou as resoluções e usou os delegados para referendar a política da Afuse contra as assembleias gerais, contra a unidade grevista e contra as reivindicações que unificam os funcionários. Lamentavelmente, prevaleceu a despolitização dos delegados.

Está mais do que evidente que sem a organização de uma oposição classista, inserida nas escolas, não será possível combater consequentemente a burocracia petista que comanda o sindicato (Afuse).

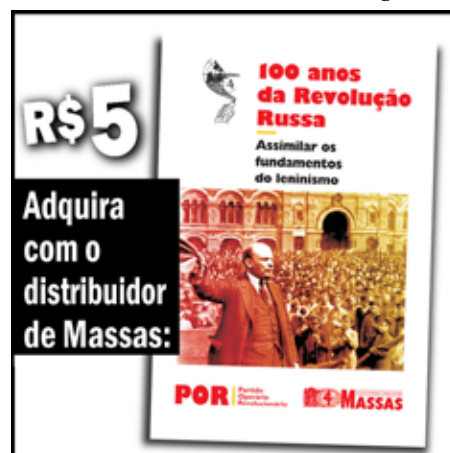
que isto é a materialização da insatisfação com as altas tarifas (R\$ 3,20 - Anel A ou R\$ 4,40 - Anel B), com o péssimo serviço prestado, onde os assaltos são constantes e as condições de transporte são DESUMANAS, e por conta do aumento da miséria.

Trabalhador contra trabalhador?

Os capitalistas tentam nos dividir. Jogam a culpa da tarifa alta em quem entra por trás ou nos salários dos rodoviários. Quer fazer o trabalhador usuário denunciar aqueles que não pagam a tarifa. Quer descontar do salário (já defasado) dos motoristas e cobradores a tarifa não paga. Colocam para os rodoviários o dilema de assumir uma função de polícia ou ficar no prejuízo. O sindicato tinha de organizar uma luta forte contra esta medida injusta, mas não reagiu nem mesmo ao calote que a patronal deu na campanha salarial.

A baixa adesão na campanha, apesar do grande apelo em TVs, rádios, banners e cartazes, mostra que a revolta continua. O desafio é fortalecer a UNIDADE entre os trabalhadores. Devemos lutar por melhores condições de trabalho para os trabalhadores rodoviários que transportam os trabalhadores todos os dias aos seus locais de trabalho. Não podemos aceitar NENHUMA DEMISSÃO DE COBRADORES. Basta de sacrifícios em nome dos lucros dos patrões. Temos de nos organizar para impor a estatização sem indenização do transporte coletivo, sob o controle dos trabalhadores.

Nada vai cair do céu. Vamos ter de conquistar com nossas próprias mãos. Com os métodos da ação direta, as greves, piquetes, grandes manifestações, ocupações, bloqueios de ruas e rodovias, etc. Nessa ação conjunta, vamos mostrar a verdadeira raiz dos problemas no transporte, ver que são raízes comuns a tantos outros problemas enfrentados pelos trabalhadores.



Nesta edição:

- **Argentina:** Balanço das eleições primárias. .
- **Espanha:** Atentados terroristas expõem a desagregação e a barbárie capitalistas.
- **Estados Unidos:** Organizar a classe operária contra as tendências fascizantes.
- **100 anos da Revolução Russa:** 77 anos do assassinato de Leon Trotsky.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina / Balanço das eleições primárias

As massas continuam iludidas pela polarização burguesa

Como em toda eleição, seu resultado é uma expressão deformada da luta de classes, mais se tratando de uma eleição legislativa e, mais ainda, sendo uma eleição primária. Contudo, é possível tirar delas algumas conclusões gerais.

O percentual de participação foi menor do que as primárias do ano 2015. Quase 24 milhões de votantes sobre um universo de 33 milhões cadastrados (73%). O percentual mais baixo de participação desde que começaram as primárias em 2011.

Subtraindo os brancos e nulos, 1,4 milhões de votos (5,86%), percebemos que os partidos que defendem a ordem burguesa conseguiram 86,46% dos votos (sejam neoliberais, nacionalistas ou reformistas). Os partidos de esquerda democratizantes conseguiram 5,43% dos votos.

Uma primeira conclusão é que as eleições estão dominadas pelas diversas expressões capitalistas. A classe operária esteve ausente nesta campanha eleitoral, com exceção da campanha realizada pelo POR com o programa proletário, que se expressou na massa de votos nulos. A propaganda gratuita e a paga ocuparam os meios da imprensa e principalmente a internet, o rádio e a TV. Nestas, não apareceram as bandeiras históricas, não se fala de comunismo, da luta pelo poder, não se denunciou o papel do congresso, nem se destaca que as reivindicações só se conquistam pela ação direta das massas. Não se questiona a propriedade privada dos grandes meios de produção. Unicamente as inserções radiais, na internet, cartazes, panfletos e jornais do POR apareceram estas questões vitais.

As eleições legitimaram politicamente as correntes que defendem a exploração capitalista. É incorreto defender bandeiras como “salário mínimo de \$ 2.500” ou “salário mínimo igual ao custo de vida”, ou “distribuição das horas de trabalho para terminar com o desemprego”, etc. sem dizer que essas reivindicações só podem ser impostas pela ação direta das massas, jamais por uma lei. Não se pode reivindicar uma “lei contra as demissões” esquecendo que o ano passado se aprovou uma lei que foi vetada pelo executivo e ficou por isso mesmo. Ou então a defesa de que votando na esquerda “é possível evitar o ajuste no Congresso”. Mentiras para gerarem mais ilusões na democracia burguesa.

O papel da imprensa é fundamental para direcionar a opinião pública, fazendo prevalecer uma polarização macristo-kirchnerismo em nível nacional, ocultando o debate dos principais problemas do país.

Estas eleições tinham uma grande importância para o governo

e para sua oposição patronal. O governo devia revalidar-se nas urnas. O governo de um setor que no passado só chegou a governar mediante golpes militares. O governo temia um resultado adverso devido às medidas impopulares que aplicou, adiando inclusive fortes aumentos para depois de outubro. Evitou expressamente falar de economia. A oposição, fragmentada por seu lado, sequer tem alguma chance no futuro, devia também conseguir um bom resultado eleitoral. Todos os grupos se empenharam ao máximo para conseguir os melhores resultados.

Considerando o forte ajuste que aplicaram e planejam aplicar, afetando inclusive o apoio de seus partidários, o governo teve resultados positivos.

- Ganhou com ampla margem na cidade de Buenos Aires e na Província de Córdoba;
- Teve triunfos inesperados como em Neuquén, derrotando o MPN e, em San Luis, derrotando aos Rodriguez Saa, e na Pampa;
- Somaram 11 vitórias nas províncias quando esperavam 8 ou 9;
- Cresceu na sua implantação como força nacional e incrementou seu caudal de votos em até 35% dos votantes, mais de 8,5 milhões de votos. O incremento de votos vem do setor de Massa, que regrediu muito, mesmo tendo aliado-se com o GEN de Margarita Stolnizer;
- Conseguiu tirar proveito da grande divisão e fragmentação do peronismo e aparecer dessa forma como a força mais votada em nível nacional;
- Mas também teve derrotas importantes: a província de Buenos Aires, não só porque a governadora Vidal é do núcleo do Macri, mas, fundamentalmente, porque tinha a Cristina Kirchner, a quem desejariam varrer da política;
- Outra derrota importante foi na província de Santa Fe, onde disputaram a governança em ocasiões anteriores, tendo conseguido dividir a frente do Socialismo com os Radicais, mas venceu um candidato identificado como o kirchnerismo;
- Em Jujuy, onde Morales ordenou a prisão de Milagro Sala e recebeu fortes contribuições do governo nacional, Cambiemos somente conseguiu 36% de votos. Há que lembrar que o governador alardeava que 60% da população o apoiava;
- Noutras províncias, há um retrocesso na quantidade de votantes, mas difícil de comparar pelo grau de dispersão das forças políticas, das frentes que se montam e se desmontam;
- O resultado permite ao governo apresentar-se vitorioso e re-

lativizar a derrota em Buenos Aires e Santa Fé. Acerca do resultado na província de Buenos Aires fez uma manipulação na contagem dos votos simplesmente para divulgar mais tarde o resultado e apresentar-se vitorioso, tendo perdido a mais importante das batalhas eleitorais.

O peronismo aparece fragmentado em todo o país. Não é possível somar seus votos porque em geral são expressões isoladas, locais que tentarão agrupar-se para comparecer como alternativa eleitoral no futuro. Dentro desse universo, podem encontrar-se personagens como Urtubey, muito próximo de Macri, e outros que foram totalmente condescendentes com a pressão oficialista e, ainda, outros que aparecem como muito mais opositores, é caso do kirchnerismo.

O kirchnerismo aparece fortalecido depois das eleições pelas suas vitórias em províncias maiores, como Buenos Aires e Santa Fé. Mas, também em Rio Negro, Chubut e Tierra del Fuego.

O kirchnerismo foi o alvo de toda artilharia oficialista e do peronismo, que pretendia apagá-lo do mapa. Suportou todo tipo de acusações e condenações sobre delitos de corrupção. Um setor se afastou desses argumentos para aparecer como “independente”.

A existência deste setor que aparece com bandeiras mais críticas ao governo, mas com uma política neoliberal, se perpetua pela debilidade da classe operária em resolver sua crise de direção. O ataque permanente do governo revitaliza sua existência e os coloca num lugar de exagerado protagonismo.

Suas vitórias, que deverão ser ratificadas em outubro (como todos os resultados) exige que sejam levados em conta nas próximas eleições.

A fragilidade deste setor é que não é uma corrente nacional. Os aparelhos provinciais os marginalizaram, em parte devido à pressão do governo nacional, e, em algumas províncias, porque se apresentam por fora da estrutura do PJ.

Perderam seu bastião em Santa Cruz, retrocedendo muito, como era de se esperar depois de tantos desastres, alguns por mé-

Espanha / Atentados terroristas expõem a desagregação e a barbárie capitalistas

Entre a quinta-feira e a sexta-feira, 18 de agosto, foram realizados dois ataques terroristas contra centros turísticos da Espanha. Dos 12 jihadistas integrantes da “célula” responsável pelos atentados, oito foram mortos, quatro estão presos e três estão foragidos. Tratou-se do ataque terrorista mais grave desde os atentados com bomba ao metrô de Madri, de 11 de março de 2004. Os atentados na Espanha são parte de uma série de ataques em vários países da Europa.

Segundo informações, na cidade de Barcelona, um jovem dirigiu uma van contra a multidão de turistas que caminhava pela rua mais movimentada da cidade, matando 14 pessoas e ferindo mais 80. Enquanto que na cidade costeira de Cambrils, cinco jihadistas tentaram atropelar pedestres com um carro. Foram impedidos pelas forças de segurança. Quatro foram mortos imediatamente. Um conseguiu fugir e esfaquear turistas, matando uma mulher e ferindo mais cinco pessoas. Minutos depois, foi morto. Nos dias seguintes, foi deflagrada uma caçada policial e foram detidos quatro suspeitos.

O baixo grau de “profissionalização” dos jihadistas indica que não se tratava de uma célula treinada e formada em táticas terroristas de combate. Tratava-se de filhos de imigrantes muçulmanos residentes no país há anos. Não se acharam no histórico das famílias quaisquer indícios de “células dormentes”. As investiga-

ções não demonstraram que agiram sob o comando de um grupo centralizado desde o exterior. Mas, demonstraram que se tratava de jovens de origem árabe radicalizados na ideologia jihadista em solo europeu. As declarações do Estado Islâmico, que assinalaram de que se tratava de “soldados” seus, não foram confirmadas.

As coincidências com outro ataque realizado na Inglaterra (22 de março de 2017) levou a polícia a falar de “lobos solitários”, que agiram conjuntamente sob a cooptação do imã (líder espiritual muçulmano) de Ripoll, Abdelbaki es Satty, que morreu na explosão na casa da célula. O conhecimento de que um Imã que morava no país conseguiu “inocular o jihadismo” em jovens “integrados” socialmente, sem dificuldades econômicas (todos estavam ou estiveram empregados recentemente) e sem “antecedentes” de radicalismo religioso, abalou o país.

A burguesia, a grande imprensa e as forças de segurança mostraram surpresa pelo fato dos terroristas não se encaixarem nos “padrões” jihadistas e em poucos anos mudarem tão radicalmente. Concluíram que as novas circunstâncias obrigam a ampliar a vigilância do Estado sobre grupos e pessoas até agora consideradas “pouco suspeitas”. Segundo o analista de segurança Manuel Gazapo, “qualquer um pode se radicalizar”, o que incluiria os “jovens adaptados”. Com essas palavras, a burguesia reconhecia o fato de que os mais brutais ataques ter-

rito próprio e outros pelo boicote do governo nacional. Mas, entre os grandes perdedores, há que nominar Schiaretti em Córdoba, que pretendia liderar os governadores “opositores”; os Saa, que nunca haviam perdido uma eleição; Verna na Pampa, onde sempre ganhou o peronismo. Uturbey, super oficialista, regrediu significativamente nos votos.

O setor de Massa-Stolbeizer foi o maior derrotado nas eleições. Sua pretensão de transitar a “ampla avenida do meio” foi um fracasso total. Pagou por ter co-governado com Macri na província de Buenos Aires e acompanhado suas leis. O resultado foi que boa parte do seu eleitorado migrou diretamente ao macrismo e pode continuar migrando.

O resultado da esquerda é bom quantitativamente, depois de ter regredido intensamente nas presidenciais de 2015. Sempre nas legislativas costumam ter um melhor desempenho numérico, para depois regredir numa eleição do executivo. O balanço político já o anunciamos. A questão da “unidade” da esquerda tornou-se um mito, uma vez que aparecem outras forças de esquerda nas eleições com posições semelhantes e também reivindicam a unidade.

A unidade que é necessária gestar fica cada vez mais longe porque prevalecem as posições de aparelhos, mesquinhas, divisionistas, as críticas despolitizadas, as manobras entre as forças que provocam maiores divisões e desconfianças no seio da vanguarda que luta. Espera-se que todas as forças aumentem seus votos, porque várias chapas foram proscritas por não terem alcançado o piso requerido (1,5%). Por outro lado, é provável que tanto o kirchnerismo quanto o macrismo capturem uma quantidade de votos das outras forças.

Voltamos a insistir. As reformas e ajustes de Macri não serão derrotados nas urnas. Só é possível derrotá-las com luta, com os métodos próprios da classe operária: greves, ocupações, mobilizações, piquetes, fechamento de estradas. Por isso, o POR continua com sua campanha para outubro de anular o voto e se organizar com o programa revolucionário da classe operária.

roristas jihadistas realizados no continente são gerados pelas próprias condições sociais e políticas dos países que conformam a leque dos exploradores e opressores do mundo.

Trata-se de um “terrorismo de colheita” própria, como define a própria burguesia, que tem origem nos bairros populares e é particularmente forte entre a juventude das minorias árabes. Eis por que o fato da Espanha ser alvo de novos atentados não é fortuito. As forças espanholas têm servido ao intervencionismo imperialista, sob a direção dos Estados Unidos. E, por outro lado, a burguesia espanhola tem descarregado um poderoso ataque às condições de vida das massas. A juventude oprimida, especialmente as minorias, sofrem com o desemprego, a brutal exploração assalariada, a repressão policial e a discriminação pela sua origem nacional, religiosa ou étnica. Assim, o radicalismo da juventude, apesar de sua forma jihadista, finca raízes profundas na opressão de classe e é o produto das próprias contradições sociais internas.

O intervencionismo sobre os países oprimidos de Oriente Médio trouxe ao coração da Europa os métodos terroristas e formas ideológico-religiosas atrasadas adotadas pelas nações oprimidas em sua rebelião perante seus opressores. Porém, ao se desenvolver sob tais condições sociais distintas, essas passaram a refletir as contradições internas e expressar um conteúdo de classe, embora nem sempre bem definido. O fato de que a rebelião de camadas da juventude oprimida pertencente às minorias étnicas do continente adotar uma forma estranha aos métodos e tradições de luta do proletariado se explica, em última instância, pelo profundo atraso político da classe operária e pela nefasta influência das traições das direções sindicais e dos reformistas. É nessas condições que se abraça a bandeira e o método do terrorismo individual e se ilude com a promessa de rompimento com o palavreado pacifista e a subserviência democratizante.

Evidentemente, a burguesia procura descaracterizar esse conteúdo. Serve ao objetivo de esmagar os explorados a caracterização desse processo como sendo um ato de “desajustados sociais”, o fortalecimento dos instrumentos repressivos do Estado policial e a militarização da vida. A burguesia espanhola se vale da inconsequência do terrorismo e da sua rejeição pelos explorados para combater as tendências da luta de classes, que espontaneamente após a eclosão da crise mundial em 2008.

O conjunto da burguesia, dos partidos da ordem, da burocracia sindical, dos intelectuais e de setores da classe média

convocam os explorados a se oporem ao “terrorismo jihadista” como se estivessem em defesa da “democracia” e do “Estado de direito”. O que significa defender os métodos, as instituições e a política que preservam a ditadura da burguesia sobre a maioria explorada. Essa propaganda, por sua vez, fortalece e projeta as tendências fascizantes e a política nacional-chauvinista.

O fundamental do que temos até aqui colocado está em que, sob a cobertura ideológica do radicalismo islâmico jihadista, emerge a revolta individual e deformada da juventude oprimida das minorias muçulmana da Europa contra as brutais condições de existência social, a repressão policial e a destruição de seus direitos políticos e democráticos. Isto é, mostra que o capitalismo em sua desagregação projeta a brutal opressão social e nacional para perpetuar seu regime social. Sob a máscara da democracia, esconde-se um estado policial e imperialista.

Os marxistas rejeitam a condenação moral de parte da esquerda aos atacantes, uma vez que obscurece as raízes de classe do fenômeno e empurra os explorados para o campo da política burguesa. Essas condições obrigam a vanguarda a compreender o conteúdo social e histórico dos atentados e a necessidade dos explorados romperem com a “frente única” burguesa que reforça e amplia os instrumentos repressivos da ditadura capitalista. Obrigam a compreender o lugar da Espanha na cadeia de opressão imperialista sobre as nações e nacionalidades oprimidas.

O avanço da classe operária em sua independência de classe e de sua vanguarda na construção do partido marxista-leninista-trotskista depende, em última instância, que a juventude oprimida supere as formas religiosas obscurantistas, os métodos do terrorismo individual, o anarquismo e o reformismo pequeno burguês. O que exige avançar a penetração dos métodos, do programa e da estratégia revolucionária do proletariado em seu meio social.

A 100 anos da Revolução Russa, de sua experiência histórica, emerge o método e organização bolchevique como guias seguros para que a vanguarda operária, a pequena burguesia arruinada e a juventude oprimida europeias possam dar passos na luta pela derrubada do regime burguês apodrecido, empunhando o programa e a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Um só passo que os explorados dêem contra a opressão imperialista e pela autodeterminação das nações oprimidas evidenciará a impotência do terrorismo diante da ferocidade da burguesia genocida.

Atentado fascista em Charlottesville (EUA)

Organizar a classe operária contra as tendências fascizantes

No dia 12 de agosto, na cidade de Charlottesville, estado da Virgínia, organizações supremacistas brancas se mobilizaram para impedir que se retirasse uma estátua do general Robert E. Lee, destacado militar dos Confederados que comandou os sulistas na Guerra Civil (1861-1865), para manter a escravidão. Hoje, representa para as organizações racistas e ultranacionalistas um símbolo do Estado baseado na supremacia branca.

Sob a palavra de ordem de “Unir a direita”, supremacistas (Aryan Nations, Vanguard America), os chamados de “Proud Boys” (querem restabelecer o “espírito de chauvinismo ocidental” contra o “multiculturalismo global”), neonazistas (Movimento Nacional-Socialista, Partido Nazista), o Klu Klux Klan, a “Alt-Right” (Alternativa de Direita), os “neoconfederados” (evocadores do “velho sul” branco) e os ultranacionalistas brancos marcharam entoando consignas antisemitas, contra os imigrantes, árabes, negros e homossexuais. Correntes e partidos de esquerda, movi-

mentos antifascistas e organizações de negros convocaram, por sua vez, uma “contramanifestação”.

Deflagram-se choques de rua entre as manifestações e, em meio aos confrontos, um carro atropelou os manifestantes antifascistas, resultando no assassinato de Heather Heyer e ferindo mais 19. O condutor, James Alex Fields, pertence à Vanguard America (supremacistas).

Trump acusa direitistas e antifascistas

A relevância do atentado fascista reside em que resultou do choque entre tendências radicalizadas da pequena burguesia, no momento em que avança a política fascizante em várias partes do mundo. No caso dos Estados Unidos, seu governo exprime traços profundamente direitistas. Isso explica porque, logo depois dos atentados, Trump declarasse que os graves acontecimentos eram o produto da “violência de muitas partes”. Desse modo, rejeitava conde-

nar a ultradireita como responsável de um atentado terrorista.

Os democratas assinalaram o ataque como um ato de “terrorismo extremista” e condenaram os depoimentos de Trump por incitar à violência. Por sua vez, a maioria dos republicanos assinalou Trump como conivente com os “suprematistas brancos” e o “terrorismo doméstico”. Segundo o senador Marco Rubio (republicano) era “muito importante para a nação ouvir o presidente descrever os acontecimentos como são, um ataque terrorista por parte de supremacistas brancos”. No mesmo sentido se manifestaram a grande imprensa monopolista, as classes médias, os intelectuais e a esmagadora maioria da população do país. Os burgueses, no entanto, não podem admitir que o fascismo é criação da política capitalista e em particular do capital financeiro.

Sob a pressão dos democratas, de sua base partidária, das massivas manifestações populares por todo o país e atacado pela imprensa, Trump fez um recuo tático. Resolveu dizer: “O racismo é o mal e aqueles que causam violência em seu nome são criminosos e matadores, incluindo a KKK, os neonazistas e outros grupos de ódio, repugnantes a tudo o que queremos nos Estados Unidos”. No mesmo sentido, se pronunciaram o secretário da Justiça, Jeff Sessions (com fortes laços com suprematistas brancos) e o conselheiro de Segurança Nacional, general McMaster, que qualificou o ataque de “terrorismo doméstico”. Por sua vez, o vice-presidente, Mike Pence afirmou: “Não se pode tolerar o ódio, a violência de grupos neonazistas, de supremacistas brancos ou da KuKluxKlan”.

Essa reviravolta discursiva não durou muito. Após a retificação, Trump voltou a insistir em criticar tanto a violência da ultradireita, quanto a da esquerda. O que expõe as conveniências do governo e dos partidos que comandam o legislativo.

Repercussão no governo

As idas e vindas discursivas de Trump afetaram a confiança de parte da burguesia na sua capacidade de equacionar os conflitos sociais e políticos. É o que se observa diante do afastamento de importantes representantes capitalistas do governo.

A criação do Conselho da Indústria e o Fórum de Políticas e Estratégia objetivava estabelecer as condições políticas para debater um plano comum para as finanças, a indústria, o comércio e os serviços. Trump almejava assim equacionar as graves divergências interburguesas. A rejeição interna e internacional às primeiras declarações do presidente, porém, tornou incômoda a colaboração explícita. Oito altos executivos de multinacionais (de um total de 28) que compunham o Conselho da Indústria anunciaram a renúncia em protesto. O mesmo fizeram 19 membros do Conselho de Assuntos Estratégicos. O primeiro a renunciar foi o diretor da farmacêutica Merck, que é negro. “É uma questão de consciência pessoal”, disse. O mesmo fizeram os diretores da têxtil Under Armour, Intel, 3M, da gigante dos alimentos Campbell, Walmart, JP Morgan-Chase, General Motors, General Electric, Boeing, Ford e dois diretores do sindicato AFL-CIO (a maior central operária dos Estados Unidos).

Todos acusaram Trump de ter perdido “uma oportunidade crítica” para unificar o país. Trump optou por fechar os Conselhos antes que se esvaziassem. “Em vez de pressionar os empresários do conselho industrial e o fórum de estratégia e política, estou acabando com ambos”, anunciou.

Atritos interburgueses se avolumam

Observa-se que as maiores empresas do ramo militar e automobilístico decidiram permanecer. Aquelas que abandonaram os Conselhos são as mais golpeadas pelas medidas econômicas de Trump.

O acontecimento de Charlottesville apenas serviu para os monopólios descontentes mostrarem força. Engana-se quem achar que a renúncia se deu em defesa dos negros, judeus e homossexuais. A própria imprensa burguesa havia noticiado e alguns dos diretores que renunciaram tinham declarado que estavam paralisados há semanas e que nenhuma medida tinha progredido nos debates.

Lembremos que com suas primeiras medidas (anti-imigratórias, fiscais e alfandegárias) o governo atingiu as empresas que têm no mercado mundial e na importação mais barata ou na mão-de-obra imigrante a mais importante fonte de lucros. Não por acaso, foram as multinacionais do setor automotivo, eletrônica, informática e comunicações que rejeitaram as primeiras medidas de Trump. Apple, Facebook, Uber, Google, Intel, Snap, Ford e Tesla tinham ainda iniciado processos judiciais para barrar seus decretos.

Avança o nacional-chauvinismo

Diferentemente das frações majoritárias da grande burguesia, as organizações supremacistas e racistas expressaram sua gratidão e “satisfação” pela atitude de Trump.

David Duke, ex-líder Ku Klux Klan, afirmou: “Trump nos empoderou”. Lembrou-lhe ainda que “Foi o esmagador voto branco que o colocou na Casa Branca” e que “Estamos determinados a reconquistar o controle de nosso país” e “cumprir as promessas de Donald Trump” de fazer “a América grande outra vez”. Sobre o atentado, Duke disse que foi a violência e “provocação” dos negros e da esquerda antifascista que levaram à morte da manifestante. Para Christopher Cantwell, porta-voz dos nacionalistas, a mobilização foi uma vitória porque “nenhum de nosso lado morreu” e ninguém matou “injustamente”. Enquanto Richard Spencer, líder da “Alt-Right”, ameaçou: “Voltaremos a Charlottesville”. Disse ainda que as organizações supremacistas não aceitarão “que funcionários corruptos apaguem a liberdade de expressão” e que “Quem tem sangue nas mãos são o governador e o prefeito, que instigaram e exacerbaram a situação”.

Permanece acesa na memória dos supremacistas a “injúria” da chegada à presidência de um negro, embora esse tenha demonstrado completa serventia à grande burguesia, que não apenas é branca como profundamente racista. Não por acaso, no dia 12 de abril de 2015, quando do assassinato de Freddie Gray pela polícia desembocou num levante popular negro, Obama evocou o Estado de sítio e acusou as massas negras que enfrentavam a repressão de “criminosos (...) que destroçaram” Baltimore. Tratou-se de uma “versão democrata” da condenação de Trump “à violência de ambos os lados”. Isto é, expressão da mesma política burguesa de descaracterizar o conteúdo de classe dos confrontos.

A grande burguesia e a via da democracia burguesa

A direita racista e xenófoba ergue a cabeça incentivada pela vitória eleitoral de Trump. Tem nesse governo os métodos e o conteúdo reacionário do fascismo. A força da ultradireita está, precisamente, em expressar uma tendência mundial que se projeta diante da desagregação e incapacidade dos governos de solucionar os graves problemas econômicos.

Por enquanto, os setores majoritários da burguesia veem com receio como o governo favorece o desenvolvimento dessas tendências. Avaliam que não é momento de apoiar e fortalecer os destacamentos de choque da ultradireita. Qualquer passo prematuro em percorrer esse caminho, antes que esteja completamente esgotada a via democrático-burguesa, pode alavancar a crise política e projetar o avanço dos choques das massas contra o Estado burguês.

Está aí por que essas frações monopolistas exigem do governo não agravar mais o quadro dos confrontos. Ou, mais precisamente: avaliam que não é hora de encorajar a reação fascizante, uma vez que se mantém o profundo retrocesso político-organizativo do proletariado e a maioria dos movimentos acredita na democracia burguesa para sair da crise.

O atraso político do proletariado

A radicalização da pequena burguesia, evidentemente, expressa as contradições econômicas e sociais. Sua desagregação mina a confiança na democracia, nos políticos e nos capitalistas. Seu desespero perante a brutal queda de suas condições de existência social a impulsiona a procurar a solução de seus problemas nas medidas autoritárias e pela força.

Trump oferece-lhes a saída de fechar as fronteiras à concorrência comercial mundial e reduzir brutalmente o preço da força de trabalho. Acreditam que assim preservarão seus raquíticos ganhos comerciais e industriais e o governo as poupará de maiores sacrifícios, ao supostamente “libertá-los do jugo dos impostos” e descarregar as consequências da crise sobre os explorados. Suas camadas mais atrasadas e reacionárias podem, nessas condições, evoluir a posições e métodos fascizantes, reforçando social e politicamente as organizações racistas e supremacistas.

O essencial está em observar as movimentações de suas camadas mais progressivas. Nelas se acha uma reserva da luta revolucionária contra o capitalismo. Porém, não se pode desconhecer nem por um minuto que, sem contar com a direção revolucionária do proletariado, constituída em partido político, a camada pequeno-burguesa antifascista não pode derrotar a reação.

Superar a crise de direção revolucionária

O fundamental do que temos dito está em que em face do atra-

100 anos da Revolução Russa

77 anos do assassinato de Leon Trotsky

Nessa campanha dos 100 anos da Revolução Russa, é obrigatório lembrar com os punhos erguidos o assassinato de Leon Trotsky, em 21 de agosto de 1940, em Coyoacán, México. Sua morte ocorreu a 23 anos e dois meses da Revolução de Outubro de 1917.

Trotsky travou uma luta implacável contra o revisionismo de Stálin e sua camarilha, desde a morte de Lênin, em 21 de janeiro de 1924. Constituiu a Oposição de Esquerda Russa (1923-1928). Stálin utilizou o controle do poder do Estado e do partido para sufocar a divergência e impedir que as posições de Trotsky chegassem às bases operárias. No lugar da discussão organizada, desenvolveram-se os métodos da calúnia, das falsificações, da perseguição e de medidas administrativas. Stálin chegou a manobrar ao ponto de evitar que Trotsky, adoentado, comparecesse ao funeral de Lênin. Foi um sinal de que o aparato estalinista iniciava o isolamento do revolucionário que se elevou à altura de dirigente do Revolução Russa, ao lado de Lênin. Todos aqueles próximos de Trotsky foram sendo afastados dos postos no partido e do governo soviético.

Estavam em choque duas orientações distintas diante da tarefa de edificar o socialismo e desenvolver o internacionalismo proletário. A direção comandada por Stálin, Zinoviev, Kamenev e Bukarin caminhava para a tese da possibilidade do desenvolvimento do socialismo nas fronteiras da União Soviética (“socialismo em um só país”). A oposição de Trotsky e de seus camaradas

so político-organizativo da classe operária e estando ausente seu partido-programa a pequena burguesia acaba por se submeter aos métodos de dominação da burguesia. O avanço ao nacional-chauvinismo e a submissão aos métodos da democracia burguesa são duas expressões desse mesmo fenômeno social.

O que não significa, evidentemente, desconhecer a grande importância que tem o fato de que a maioria da pequena burguesia dos Estados Unidos rejeita as organizações e métodos fascizantes e se coloca por combater os supremacistas com massivos e radicalizados movimentos de rua. Trata-se de projetar essas tendências e as reivindicações democráticas que as colocam em choque com a política fascizante do governo Trump para que a política, os métodos e a estratégia do proletariado ganhem expressão.

Na situação criada pelo agravamento dos conflitos sociais e raciais, essa tarefa adquire uma especial e urgente importância. O que exige unir os explorados brancos e negros sob um programa de reivindicações comuns e métodos próprios de luta, projetando-os como uma única força social revolucionária contra seus exploradores comuns.

As denúncias e reivindicações contra opressão racial, as manifestações contra o racismo e a xenofobia dever servir de ponto de partida para potenciar a luta de classes do proletariado pela derrubada do poder burguês, pela expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social.

Está aí a importância de expor as raízes de classe das tendências fascizantes para ajudar o movimento operário norte-americano a combater pelas suas próprias soluções e rechaçar as soluções fascizantes. A luta pela derrotada do nacional-chauvinismo e por ganhar as classes médias para o programa da revolução e ditadura proletárias depende da classe operária e de sua vanguarda construir o partido marxista-leninista-trotskista.

indicou já de início que não se tratava de uma simples divergência circunstancial, mas sim programática e principista.

As críticas de Trotsky à política econômica do estalinismo, materializadas no documento “Novo Curso”, assentaram as bases de uma cisão que concluiu com a destituição de Trotsky da direção do partido, sua detenção e, finalmente, sua expulsão da União Soviética. Em sua biografia, “Trotsky Vida e Morte”, Victor Serge indica que o folheto “As lições da insurreição de Outubro” (setembro de 1924) provocou imediatamente a ira de Stálin, Zinoviev e Kamenev, que formariam o triunvirato na direção partidária. Eis: “O livro se tornou um atentado à ideologia do partido, ao leninismo (recentemente inventado), à unidade ao poder, uma espécie de traição que ainda não se ousava qualificar como tal”. Ocorre que, neste folheto, Trotsky evidencia as fraquezas desses militantes nos momentos decisivos da Revolução Russa. A partir daí se vasculhou a vida política pregressa de Trotsky para mostrá-lo como adversário de Lênin.

Em janeiro de 1925, Trotsky foi destituído da presidência do Conselho Superior de Guerra. Tratava-se de afastá-lo do posto de comando militar. Em dezembro de 1927, o XV Congresso do Partido Comunista foi utilizado para condenar o “trotskismo”, exigir que a Oposição de Esquerda renegasse suas posições e decidir pela expulsão daqueles que não se curvassem diante daquele tribunal de inquisição. Em 1928, Trotsky é deportado para Alma-Ata, sem nenhum julgamento. Em janeiro de 1929, Trotsky

foi informado de sua expulsão do País, acusado de praticar atividade contrarrevolucionária e de tentativa de formar um partido antissoviético. Em fevereiro, chegou a Istambul, Turquia. Foi confinado na ilha de Prinkipo. Teve início a formação da Oposição de Esquerda Internacional. Recrudescer a perseguição da polícia política de Stálin – GPU – a Trotsky. Foi obrigado a deixar a Turquia e se exilar em 1933 na França. Em junho de 1935, era enviado para a Noruega. Em 9 de janeiro de 1937, chegou a Tampico, México, o navio que levou Trotsky ao seu último exílio.

Nesse trajeto, Trotsky trabalhou incessantemente pela organização da Oposição de Esquerda Internacional e escreveu os seus principais documentos de crítica ao revisionismo estalinista.

Faz dois anos que Leon Trotsky foi assassinado

(Declaração do Partido Operário Revolucionário, divulgada de La Paz, em 20 de agosto de 1942)

Stálin é o assassino de Trotsky

Leon Trotsky, dirigente, juntamente com Lênin, da Revolução Russa, morreu na cidade do México no dia 21 de agosto de 1940, vítima de uma agressão brutal desfechada por um assassino da GPU.

Lutou contra a morte durante 26 horas, depois que o assassino a mando de Stálin golpeou seu cérebro com uma picareta de alpinista.

Foi sua última batalha. Mas não se entregou à morte até não ter acusado o monstro do Kremlin como planejador de seu assassinato. Não se entregou até que, em suas últimas palavras, insistiu em transmitir, antes de perder o sentido, a bandeira da IV Internacional aos homens e mulheres, por meio da qual os tinha reunido em várias partes do mundo em torno do Partido Mundial da Revolução Socialista.

“Diga a nossos amigos” – concluiu – “que estou seguro da vitória da IV Internacional. Avante!”

Enquanto caía sob os golpes mortais do assassino da GPU e quando seus Secretários, guardiães armados, se lançaram sobre o assassino, Trotsky gritou, repetidas vezes, “- deixe-o viver”. Não por bondade, mas para assegurar a possibilidade de que o assassino pudesse dar informações adicionais que ajudassem a condenar o Caim do Kremlin aos olhos da classe operária mundial.

A GPU de Stálin inquestionavelmente recorreu ao desesperado plano e obrigou um de seus serviçais a matar Trotsky. Estava claro que o assassino não teria como cometer o crime e conseguir fugir. Isso por que em maio já havia fracassado um atentado contra a vida de Trotsky.

O poder ilimitado da GPU sobre suas criaturas se manifestou quando o assassino, ao ser agarrado pelos guardas, depois do ataque, disse: “*me obrigaram a fazê-lo. Caso contrário, teriam matado minha mãe*”. Não foi possível, posteriormente, arrancar-lhe nenhuma informação sobre o paradeiro de sua mãe. Depois de recuperar a tranquilidade, passou a representar o papel que a GPU lhe havia prescrito.

Para justificar o crime de Stálin, o assassino foi instruído a dizer que tinha “rompido com Trotsky”, quando este lhe pediu que fosse à Rússia cometer “atos de sabotagem”. Uma farsa absolutamente impossível, uma vez que todo aquele que conhece a política marxista sabe que tais métodos são estranhos

ta. O que incitou a burocracia a apertar o cerco repressivo ao revolucionário. O passo mais importante foi a fundação da IV Internacional, tendo por base o Programa de Transição, em 3 de setembro de 1938.

É importante estudar a falência da III Internacional e a fundação da IV Internacional como parte dos 100 anos da Revolução Russa.

Abaixo publicamos uma declaração do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, escrita dois anos após o assassinato de Leon Trotsky. Trata-se de um documento histórico do trotskismo pela proximidade desse acontecimento trágico. Evidencia que o trotskismo nada mais é do que o desenvolvimento do leninismo, em outras palavras, do autêntico bolchevismo.

Guillermo Lora

a Trotsky e a IV Internacional. O arsenal de Stálin se reduz a tais argumentos absurdos, para ocultar de onde vinha a arma do assassino.

Jacques Monard – a mando da GPU –, com sua arma escondida em suas roupas, foi à casa de Trotsky às 17h30min, de 20 de agosto. Encontra-se com Trotsky, no pátio, perto do galinheiro, onde diz que tinha escrito um artigo e queria um conselho. Trotsky convidou Monard a ir até o escritório, sem avisar seus seguranças. A primeira indicação de que ocorria algo de ruim veio dos terríveis gritos e da violenta luta de Trotsky com o assassino. Os dois seguranças, mais próximos, correram até a cozinha que ficava próxima ao escritório de Trotsky. Deparam-se com Trotsky com o rosto banhado de sangue. Um dos guardas – José Hansen – dominou o assassino, derrubando-o

com um golpe. O outro ajudou Trotsky a deitar-se sobre o piso. Aparentemente, o assassino esperava que Trotsky caísse inconsciente no primeiro golpe da picareta de alpinista. No entanto, Trotsky reagiu e lutou enquanto recebia repetidos golpes na cabeça e na garganta.

Trotsky acreditou que o primeiro golpe tinha sido um tiro, disse a Hansen: “*me feriram com o revólver. Estou seriamente ferido. Creio que desta vez é o fim*”. Hansen procurava convencer-lhe de que era uma ferida superficial. Trotsky não se deixava convencer. “Não” – disse – “*Eu sinto aqui - mostrando o coração -, que desta vez triunfaram*”.

Sua preocupação final

Trotsky, em seus últimos momentos de vida, não se preocupou com o êxito de Stálin em assassiná-lo, mas com o que deveria ser feito por aqueles a quem pediu que levassem adiante da bandeira da IV Internacional.

No hospital, perguntou a Hansen se tinha uma caderneta para anotar uma declaração que continha dois pontos: uma acusação - “*Estou perto da morte, ferido por assassino político*”; e uma conclusão: “*Diga a nossos amigos que eu estou convicto da vitória da IV Internacional. Avante!*”

Suas últimas palavras foram as de um lutador, exortando seus seguidores a continuarem a luta. Assim era León Trotsky!

(Extraído das Obras Completas, tomo I, 1942-1947,

Guillermo Lora)

No Jornal Massas 548, publicamos um artigo de 10 de julho intitulado “Deslocamento de Classes”. Agora, traduzimos das Obras Completas, edição espanhola, o artigo “Todo poder aos Sovietes”, de 18 de julho. Dirige-se contra os socialistas revolucionários e os mencheviques que se opunham e combatiam a posição dos bolcheviques de que havia terminado a primeira etapa da revolução democrática de fevereiro e que a classe operária, os camponeses e os soldados deviam concluir a revolução tomando o poder da burguesia.

Os soviets foram criados na revolução de 1905; com a derrota e o esmagamento dos levantes, desapareceram. Foram recriados na insurreição de fevereiro de 1917, que derrubou a monarquia. Os bolcheviques, apoiando-se nas experiências de 1905, imediatamente reconheceram os soviets como o poder dos operários, soldados e camponeses. Poder das massas que não concluiu a tarefa histórica de constituir o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado.

As greves, levantes e, finalmente, a insurreição de 27 de fevereiro acabaram por entregar o poder aos partidos da burguesia e monárquicos. Os bolcheviques, embora tivessem atuado na revolta de fevereiro, não estavam em condições de ocupar o posto de direção. Os socialistas revolucionários e mencheviques, assim, tomaram a frente do soviete de Petrogrado, por onde começou a revolução, e serviram de instrumento para a formação do governo provisório, sob o controle da burguesia.

Constituiu-se uma relação política contraditória entre o poder da burguesia e o poder dos explorados. Essa situação expôs cruamente as posições das três correntes mais importantes, que vinham se digladiando desde os primeiros anos de 1900. O menchevismo, ao lado dos socialistas revolucionários, concluiria sua evolução política em direção à burguesia democratizante, ajudando-a a formar um governo oposto à estratégia histórica do proletariado, encarnado pelo bolchevismo.

Todo o poder aos Sovietes!

“Jogue a natureza pela porta e ela entrará pela janela”. Parece que os partidos governantes, os socialistas revolucionários e mencheviques, têm de “aprender” de uma vez por todas, por experiência própria, esta sensível verdade. Procuraram ser “democratas revolucionários” e se encontraram na situação de democratas revolucionários: agora têm a obrigação de extrair as conclusões que todo democrata revolucionário deve extrair.

A democracia é o governo da maioria. Enquanto a vontade da maioria não era clara, enquanto se pôde, ao menos com uma sombra de verossimilhança, afirmar que não se conhecia essa vontade, apresentou-se ao povo um governo de burgueses contrarrevolucionários disfarçado de “democrático”. Mas isso não demorou muito. Durante os meses transcorridos desde 27 de fevereiro, a vontade dos operários e camponeses, da imensa maioria do país, transpareceu claramente e não só de forma geral. Sua vontade encontrou expressão nas organizações de massa, nos soviets de deputados operários, soldados e camponeses.

Como é possível, então, opor-se à entrega de todo o poder estatal ao Soviete? Tal oposição não significa outra coisa senão renunciar à democracia! Significa, nem mais nem menos, que impor ao povo um governo que não pode evidentemente surgir, nem se manter *democraticamente*, isto é, como resultado das eleições verdadeiramente livres, verdadeiramente populares.

O fato é esse, por estranho que pareça à primeira vista: os socialistas revolucionários e os mencheviques *esqueceram* esta verdade, tão simples, tão evidente e tão palpável.

A materialização da insurreição e a sua vitória contra a monarquia na forma organizativa soviética dividiu as águas: os mencheviques e socialistas revolucionários passaram a trabalhar em favor da colaboração dos soviets com o governo burguês nascente; e os bolcheviques, que se colocaram pela independência dos soviets e a luta pelo poder proletário. Essa linha divisória, no entanto, somente tomou a forma política e organizativa com as formulações programáticas e táticas de Lênin, que não só se chocavam com as diretrizes conciliadoras dos socialistas revolucionários e mencheviques, como também com as posições iniciais da direção de seu próprio partido, que tendia a apoiar o governo provisório em nome da revolução democrática. Nota-se que a luta de Lênin para que os bolcheviques compreendessem nitidamente o lugar dos soviets na revolução foi decisiva.

Constituído o governo provisório e fortalecida a organização soviética dos explorados, a revolução de fevereiro haveria de ter um breve desfecho. Ou o governo burguês, assentado no imperialismo inglês e francês, acabaria com os soviets, ou os soviets acabariam com o governo burguês. Nas condições de continuidade da guerra imperialista, da economia destroçada e do avanço da fome, o governo burguês não poderia se apoiar por muito tempo nos soviets. De forma que a política de colaboração dos socialistas revolucionários e mencheviques também não teria como sustentar por muito tempo as mentiras, enganos e falsificações perante os operários, camponeses e soldados, que lhes davam maioria nos soviets.

Em julho, o primeiro governo de coalizão já se encontrava esgotado, nele os socialistas revolucionários e mencheviques ocupavam posições secundárias. Com a renúncia dos ministros cadetes, tiveram de assumir os postos-chaves. O segundo governo de coalizão foi organizado por Alexander Kerensky, em 24 de julho. Em meio a essa crise, Lênin retomou a bandeira de “Todo o poder aos Sovietes”. Trata-se do artigo que publicamos abaixo.

Lênin, 18 de julho de 1917

Sua posição é tão falsa, se confundiram e se enredaram tanto que já não estão em condições de “recuperar” essa verdade que perderam. Depois das eleições de Petrogrado e Moscou, depois da convocatória dos soviets de camponeses de toda a Rússia, depois do Congresso dos Sovietes, as classes e os partidos se definiram em toda a Rússia com tal clareza e precisão que a gente não pode ter nenhuma ilusão a respeito, se é que essa gente não enlouqueceu ou se confundiu deliberadamente.

Tolerar os ministros cadetes, o governo cadete, ou a política cadete significa lançar um desafio aos democratas e à democracia. Aqui está a fonte da crise política desde 27 de fevereiro, e aqui também está a fonte da instabilidade e das vacilações de nosso sistema governamental. A cada passo, diariamente, e mesmo a cada hora, se apela, em nome das instituições governamentais e dos congressos mais autorizados, ao espírito revolucionário do povo e da sua democracia. Entretanto, a política do governo em geral e sua política exterior e econômica em particular são desvios dos princípios revolucionários e violações da democracia.

Semelhantes coisas não podem continuar.

Os elementos de instabilidade, seja por este ou aquele motivo, são inevitáveis em uma situação como a atual. A obstinação não é precisamente uma política muito inteligente. Ainda que aos empurrões e aos saltos, as coisas se encaminham para a entrega do poder aos soviets, defendido por nosso partido há muito tempo.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVI)